



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA		
EVENTO: Seminário	Nº: 0612/10	DATA: 18/05/2010
INÍCIO: 14h59min	TÉRMINO: 18h28min	DURAÇÃO: 03h28min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h28min	PÁGINAS: 68	QUARTOS: 42

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JOSÉ GENOÍNO – Deputado Federal.
MARCOS ALVES DA SILVA – Pastor da Igreja Presbiteriana.
SERYS SLHESSARENKO – Senadora da República.
JEAN WYLLYS – Professor, escritor e jornalista.
ROSA MARIA RODRIGUES DE OLIVEIRA – Advogada e Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina.
IRINA BACCI – Secretária-Geral da ABGLT.
CARLOS MAGNO – Secretário de Comunicação da ABGLT.
CIPRIANO FILHO – Participante
CARLOS ALVES DA SILVA – Participante.
ROGÉRIA PEIXINHO – Representante da Articulação de Mulheres Brasileiras e do Movimento Feminista.
PAULO SÉRGIO – Vice-Presidente da Associação Paranaense de Surdos LGBTs.
MARCOS MACIEL – Diretor de escola pública em Planaltina, Distrito Federal.
LUCIANO FREITAS – Representante da ONG Movimento Gay Leões do Norte, Estado de Pernambuco.
TONINHO – Representante do Estado do Espírito Santo.
MARCOS MEIRELLES – Participante.
CAIO VARELA – Militante de direitos humanos e do Movimento LGBT.

SUMÁRIO: *VII Seminário LGBT – Direitos Humanos: Desafios e Perspectivas.*

OBSERVAÇÕES

Evento de iniciativa conjunta das Comissões de Legislação Participativa, de Direitos Humanos e Minorias e de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados.
Houve exibição de imagens.



A SRA. APRESENTADORA (Sônia Hipólito) - Boa tarde a todos.

Declaro aberta a 2ª Mesa do VII Seminário de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais para debater o tema *União Estável, Estado Laico e Fundamentalismo Religioso*.

Convido para compor a Mesa o Deputado Federal José Genoíno, Coordenador da Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT (*palmas*); a Dra. Rosa Maria Rodrigues de Oliveira, Advogada, Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (*palmas*); o Dr. Marcos Alves da Silva, Advogado e Pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil (*palmas*); o Sr. Jean Wyllys, Jornalista, Escritor e Professor da ESPM e da Universidade Veiga de Almeida (*palmas*); o Sr. Carlos Magno, Secretário de Comunicação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais — ABGLT (*palmas*).

A Sra. Irina Bacci chegou? (*Pausa.*) Ela vai chegar. Está faltando a Sra. Irina para compor a Mesa. O Deputado Chico Alencar e a Senadora Serys Slhessarenko estão chegando.

Propondo que o Deputado José Genoíno abra os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Genoíno) - Boa tarde, companheiros e companheiras. Em primeiro lugar, é uma satisfação muito grande estar com vocês neste seminário. Tenho feito um grande esforço para participar de todas as atividades do movimento, como militante desta causa. (*Palmas.*) O movimento LGBT tem uma importância fundamental. Tenho procurado colocá-lo nas minhas intervenções e nos meus artigos.

Vou discutir basicamente as 2 questões que estão entrelaçadas nessa polêmica sobre o projeto da união estável. Farei algumas observações gerais. Participo desses debates desde a Assembleia Nacional Constituinte.

Na Assembleia Nacional Constituinte, a emenda que defendemos, de comum acordo com as entidades e com o movimento, era a do direito à orientação sexual, no Capítulo V da Constituição. Perdemos essa emenda.

Tenho feito este debate, procurando responder as questões de natureza filosófica e religiosa. Elas tentam obstaculizar o debate racional.

Vocês conhecem o projeto que eu apresentei aqui, juntamente com vários Parlamentares de todos os partidos. Portanto, é um projeto de lei assinado por uma



frente pluripartidária. O projeto trata exatamente da mudança no art. 1.727-A do Código Civil. Ele está vinculado a uma expressão que foi objeto de intensa disputa na Assembleia Nacional. O Toni estava aqui na semana passada, durante a discussão do Estatuto das Famílias, quando tratamos dessa questão. É exatamente o que diz o art. 226, § 3º, da Constituição:

“Art. 226.....

§3º Para efeito da proteção do Estado — e olhem bem, para efeito da proteção do Estado, estou repetindo — é reconhecida a união estável entre homem e mulher, como entidade familiar, devendo a lei facilitar a sua conversão em casamento.”

O Código Civil, no art. 1.727, trata da união estável entre homem e mulher.

O nosso projeto diz exatamente o seguinte: que são aplicáveis os artigos anteriores, com exceção do art. 1.726 do Código Civil, às relações entre pessoas do mesmo sexo, garantidos os direitos e deveres decorrentes.

Nós discutimos a união estável que está prevista na Constituição como um conceito para gerar direitos e deveres civis. Portanto, nós estamos fazendo o debate no plano dos direitos civis. Esse é o centro do debate. E a discussão da instituição de direitos civis leva, na verdade, a um conceito de democracia.

Tenho comigo uma passagem de um livro chamado *O que é Democracia?*, de um autor francês, Touraine, que diz o seguinte:

“A democracia seria uma palavra bastante pobre se não tivesse sido definida nos campos de batalhas nos quais tantos homens e mulheres combateram por ela. Se temos necessidade de uma definição consistente da democracia, é em parte porque é preciso manifestá-la contra aqueles que, em nome das antigas lutas democráticas, tornaram-se ou ainda permanecem servidores do absolutismo e da intolerância. Já não queremos uma democracia apenas de participação; não podemos nos contentar com uma democracia de



deliberação; temos necessidade de uma democracia de libertação.”

Essa democracia de libertação está aqui vinculada a um conceito de direitos civis, exatamente para instituir seres humanos com autonomia, livres na relação com o Estado, na relação com a religião, na relação com os dogmas, na relação com os preconceitos.

O ser humano é uma instituição autônoma, com vontade para dizer “sim” ou “não”, e ele não pode ser reprimido, não pode sofrer preconceito, não pode ser excluído. Por isso que quando o Toni leu, na semana passada, os artigos da Constituição que proíbem discriminação por qualquer natureza, quando ele leu que todos são iguais perante a lei e que a Constituição prevê o combate à discriminação por sexo, religião, cor e idade, estava-se exatamente significando essa ideia de direitos civis como sujeitos de autonomia.

Eu tenho dito que o avanço desse projeto é fazer o debate na instituição de direitos civis. Direitos civis são necessariamente uma atitude em relação aos humanos. Por isso que eu também trabalho com outro conceito importante, como disse durante o debate: a religião é a lei da consciência. Quando ela vira lei do Estado, necessariamente provoca exclusão, discriminação e preconceito. E para auxiliar o meu pensamento, há um livro não tão famoso em termos de publicidade, mas em termos de conteúdo muito interessante, que se chama *O Segredo Guardado*. Esse livro trata de um diálogo imaginário entre 2 filósofos, Maimonides, filósofo judeu, do século XI ou XII, e Averrois, muçulmano, do qual nasceu o Judaísmo e o Islamismo.

Quando eles falam de segredos guardados, dialogam entre si, e não é à toa que um deles é o filósofo da matriz do pensamento muçulmano e o outro é o filósofo da matriz do judaísmo.

Eles afirmam que quando se tenta traduzir aquilo que é crença, aquilo que é valor, aquilo que é consciência para as normas dos seres humanos mortais, há o risco de se produzir intolerância, preconceito e violência. Parece que esses filósofos dos séculos XI e XII estavam prevendo o que ia acontecer. (*Palmas.*)

Dizem eles que entre os filósofos religiosos há coisas que eles não sabem explicar, mas quando se tenta explicar o que não se pode ser explicado e traduz-se



de maneira simplificada para os humanos, em geral a percepção é exatamente pela via do maniqueísmo e da intolerância.

Isso está presente em todas as religiões, porque como a religião é uma lei da consciência, uma lei da intimidade, quem tem crença não quer discuti-la. E é um direito: *se é a minha intimidade e a minha consciência, eu não vou discutir.*

Quando se coloca essa crença como lei do Estado — e o Estado organiza a sociedade, domina-a, estabelecendo normas —, ele passa a ser absoluto, passa a ser totalitário. Por isso citei essa raiz do autoritarismo, do totalitarismo, pois às vezes não a percebemos.

Há um livro chamado *Modernidade e Holocausto*. Seu autor, Bauman, diz que, no surgimento da modernidade, os judeus, que não tinham pátria, não porque não o quisessem, mas porque foram proibidos, foram então considerados apátridas e, ao mesmo tempo, sofreram discriminação. Criou-se, assim, uma legitimidade para essa discriminação no Estado moderno europeu. Isso gerou o holocausto. O Toni deve estar lembrado. Há determinados temas que falam por si só.

Quando se mostra a virulência, a posição taxativa e intolerante nos debates, para quem está pregando há um significado, mas para aquele que está ouvindo soa diferente. Dizem: *isso é o mal, isso é o cão, esses são os malditos*. Estão, assim, legitimando o preconceito, a violência, a exclusão. É assim que a teoria traduz para os mortais como se faz a violência.

Quem viu aqueles debates feitos nas plenárias das Comissões pela televisão, pelos jornais, pelos púlpitos, pode percebê-los como uma violência. Qual é a conclusão do cidadão passivo? Ele recebe aquela mensagem, que é uma verdade totalitária, mas é totalizante e o leva à prática. E qual é a consequência? É violência, morte, exclusão, preconceito, toda a história de massacre que existe em relação a essa pluralidade, particularmente no tema que nós estamos discutindo, que é o preceito da união estável. Isso porque a união entre pessoas não pode estar submetida a valor filosófico ou religioso.

Em primeiro lugar, ninguém obriga ninguém a fazer esse tipo de união. Se quem, como eu, defende o projeto da união estável entre pessoas do mesmo sexo, não impõe isso para quem discorda, quem discorda do projeto não pode proibir as pessoas de terem união estável para efeitos de direitos civis. Não pode. (*Palmas.*)



Não estamos prevendo a obrigação para união estável entre pessoas que discordam. Ninguém está propondo isso. Mas, quem discorda da união estável está propondo que ela seja proibida. Então, quem é autoritário? Quem é absolutista? Exatamente quem não reconhece a união estável enquanto dimensão própria do ser humano.

Faço questão de chamar atenção para essas raízes intolerantes no plano da teoria, porque sabemos como acontece nos porões, nos escaninhos, nos tecidos da sociedade. Vocês, por serem vítimas, sabem como isso acontece.

Então, quando discutimos a quebra de determinada norma para permitir o reconhecimento, estamos tratando aqui de outro valor fundamental dos direitos civis: a pluralidade. Toda vez que a sociedade humana se guiou por uma visão monolítica, beirou a barbárie. O monolitismo vem da barbárie, até porque nós, seres humanos, somos intrinsecamente pluralistas. Nós somos frutos de uma contradição do ser humano. Não adianta a Igreja — e eu respeito as igrejas — querer resolver essa questão com determinada norma proibitiva. (*Palmas.*) Não adianta, porque não há lei, não há norma dos homens que seja maior do que a dimensão humana. Até hoje nenhuma foi, e todas se quebram depois de fazerem muito estrago — o problema é esse —, depois de fazerem um caminho de sangue, de morte, de assassinato, etc..

Vocês sabem que o manto da ideologia preconceituosa e autoritária se esconde ora numa gaiola de ouro, ora numa gaiola de papelão. A gaiola de ouro é para as pessoas que têm as informações, para as pessoas que os outros sabem e fazem de conta que não sabem. Essas pessoas têm condições materiais de se protegerem — é a gaiola de ouro. Mas o peso da violência na cabeça é o mesmo.

Quanto à gaiola de papelão, são exatamente aquelas pessoas que, já excluídas de direitos básicos, sofrem a pior das violências — que vocês conhecem nas grandes cidades e pelo Brasil afora. Nesse caso, a exclusão social, a exploração econômica e social se barbariza quando trata da união estável ou da relação homossexual. Ela se barbariza mais do que não ter emprego, comida ou moradia. Ela se barbariza pelo lado que é invisível, pelo lado da negação da condição humana: *Não é gente. Não é ser humano. Pode matar, pode morrer.* A série de atos e violências que acontecem com o movimento tem essa base.



Essa causa é uma das bandeiras mais radicais da luta pela democracia. Geralmente, quando falamos em democracia, falamos que norma é norma. Assim o são o direito de votar e de participar, a rotatividade no Poder, a liberdade de imprensa, a manifestação.

Mas, existe um conceito radical de democracia, que é a legitimidade do estatuto dos direitos humanos, o qual não se separa dos direitos políticos e civis. Quando se separa, comete-se grande equívoco.

Por isso, Toni, você dizia, naquela sessão da Comissão de Constituição e Justiça, sobre os direitos humanos que estão no Capítulo V da Constituição. Não pode haver preconceito, ninguém pode sofrer constrangimento. Mas, esse direito fundamental tem de se expressar no art. 226, que traz o conceito de família, tem de se expressar nas políticas públicas de saúde, tem de se expressar nas políticas públicas do Orçamento. Nesse sentido, a I Conferência LGBT foi fundamental, pois esse direito tem de se expressar enquanto política de Governo, senão a frase “*para efeito de proteção do Estado*” não vale uma cibalena, até porque não existe mais.

Essa é a radicalidade da luta que vocês empreendem de maneira heroica, consciente. Muitas vezes, nem todos os integrantes do coletivo, dos movimentos e das ONGs percebem a radicalidade dessa bandeira. Vocês não estão discutindo luta corporativa, não estão discutindo uma PEC setorial, não estão reivindicando — a exemplo de vários companheiros, legitimamente — salário, categoria ou plano de carreira. Vocês estão discutindo algo muito mais profundo: a condição humana liberta do manto da hipocrisia, do farisaísmo, do preconceito e da violência. Não se trata de uma reivindicação corporativa como prerrogativa salarial. Estamos colocando o dedo no sacrossanto manto de um conservadorismo que amolda o ser humano à condição de objeto. (*Palmas.*) É um objeto. E, nessa condição, ele é moldado por uma fé que vale para todos, um dogma que vale para todos, um Estado que vale para todos. Por isso que quando o Toni disse o número de países que consideram os homossexuais criminosos, isso não abalou aquelas consciências.

Mas, o que é isso? Será que é perversidade? Não, é a concepção de democracia que não reconhece como é radical a autonomia dos seres humanos, para se constituírem enquanto gente, na sua integralidade.



Por isso, é tão radical lutar pela reforma agrária, pelo emprego, pela previdência, pela segurança, é tão radical lutar pela união estável, porque esse é um direito fundamental. Se não ganharmos tal batalha no plano das ideias e na cabeça das pessoas, vamos continuar a ter uma sociedade que, além de se cindir do ponto de vista econômico e social, cinde-se em algo fundamental, na condição humana, porque não reconhece essa condição na sua amplitude e totalidade. Esse é o problema.

Vocês estão fazendo um movimento muito importante para o futuro da democracia, que não é apenas regra e eleição, mas conteúdo de direitos. Nessa batalha, contem com o meu apoio. (*Palmas.*) O meu apoio não é eleitoral nem corporativo, é apoio de concepção, porque compreendo a sociedade humana dessa maneira.

Alguns países do socialismo real — não vou citar todos, porque não vou discutir isso aqui — não enfrentaram corretamente essa questão, porque reduziram a condição humana apenas a direitos econômicos e sociais. Quando se reduz, fica menor. Eles tiveram problemas porque não compreenderam essa dimensão humana do ponto de vista da amplitude. Essa luta é importante.

Se, na relação com a religião, a função do Estado é promover cidadania dentro de uma visão democrática e republicana, ele não pode estar associado a nenhuma corrente religiosa, até para respeitar todas as religiões. Vejam bem a contradição: nós devemos fazer esse debate com os religiosos, e certamente este companheiro tem essa visão, porque está conosco aqui.

Se eu vinculo o Estado à religião, ela tem de ser uma. Não podem ser 3 ou 4 ou 5, ou não a tem! Se é uma, as outras vão ser perseguidas. Por isso a concepção de Estado laico é a de cidadania plena. Só existe cidadania plena com Estado laico, porque, na hora em que ele se vincula à religião, ele se vincula a valores, a concepções que são necessariamente parciais. Aí, a religião perde o seu sentido nobre, porque o sentido nobre da religião é a lei da consciência, na qual você chega para o outro e diz: *Olha, companheiro e companheira, eu tenho a minha religião, eu tenho a minha crença. Eu não quero colocá-la em xeque nem quero discuti-la com você.* Pronto! E você tem de prestar continência a essa afirmação. Não vai discutir.



Agora, quando quem diz isso passa a dizer: *você, que não tem esta minha visão, tem de se submeter a este conceito...*, aí é a porta aberta para a intolerância, o absolutismo e o totalitarismo, em relação a valor, porque estou discutindo valor, não processos, procedimentos. Estou discutindo concepção de valor.

Por isso, sou um defensor desse projeto. É uma honra tê-lo assinado com outros Parlamentares da Frente. Estou na militância por esta causa. Vamos lutar pela decisão do STF na ação da Procuradoria Geral da República. A decisão do STJ foi muito importante. As 9 ou 10 decisões nos tribunais regionais são muito importantes. Nós temos de fazer o debate aqui. Este é o ano do debate. No ano que vem, vamos ter de fazer a votação dessa matéria. Nós não podemos permanentemente manter este projeto, assim como outros, em discussão.

Naquela audiência, Toni, você falou em 10, 15 anos atrás, como se fosse um filme, na mesma Comissão de Constituição e Justiça. Não! Tem de ir a voto! O momento adequado é acumular este ano para, no ano que vem, no começo da Legislatura, ir para voto. *(Palmas.)* E que dê o resultado que der! O que não dá é para ficar mais só em seminários, conferências, que são importantes, mas nós temos de acumular e levar a voto.

A campanha eleitoral é a hora de vocês darem projeção a essa agenda.

Muito obrigado, de coração, pela atenção de vocês. *(Palmas.)*

A SRA. APRESENTADORA (Sônia Hipólito) - Eu quero agradecer ao Deputado José Genoíno.

Convido a Deputada Jô Moraes para coordenar esta Mesa. *(Palmas.)*

Quero, mais uma vez, agradecer ao companheiro, colega fraterno, Michel Platini, que está aqui, sozinho, fazendo a transcrição em Libras. Peço uma salva de palmas para ele. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jô Moraes) - Boa tarde a todos.

É com alegria muito grande que estamos presentes para nos incorporarmos a essa luta pela autonomia humana, como disse o Deputado José Genoíno.

Quero cumprimentar especialmente a caravana mineira, cuja maior parte vai chegar amanhã. Aqui estão os companheiros do Triângulo Mineiro. *(Palmas.)*



Imediatamente, concedo a palavra ao Dr. Marcos Alves da Silva para sua exposição sobre o tema *Fundamentalismo Religioso e Intolerância no Estado Democrático de Direito: a Questão da Homofobia. (Palmas.)*

O SR. MARCOS ALVES DA SILVA - Primeiramente, gostaria de dizer da minha alegria imensa de estar nesta tarde com vocês. Já acompanhei tanto a Mesa inaugural quanto a que se formou para o primeiro debate.

Digo da minha alegria por estar presente à manifestação de um movimento radical, no sentido melhor que esta palavra tem, de ir à raiz do que é essencial, no que diz respeito à dimensão humana.

Nesse sentido, gostaria de, saudando o Toni Reis, nosso amigo de Curitiba, cumprimentar todos, tanto os que compõem esta Mesa quanto os presentes a este seminário tão importante.

O fato de estarmos nesta Casa de Leis nos leva a uma reflexão. Eu creio que a questão fundamental a guiar nossas reflexões neste seminário pode ser assim formulada: que País queremos construir? Que Brasil nós queremos afirmar?

Eu gostaria de iniciar fazendo referência a um duro, a um tremendo e comovente testemunho que ouvi na semana passada de Ben Abraham, um dos sobreviventes do Holocausto. Ele esteve na universidade em que trabalho. Impressionou-me muito a resposta que deu a uma das estudantes, que lhe perguntou: *Por que, depois da guerra, do fim do Holocausto, o senhor escolheu o Brasil para vir fixar residência?*

Ele contou que, mesmo antes de a Polônia cair sob o regime nazista, os judeus já eram considerados escória. Ele ia para a escola e jogavam pedras e objetos imundos nele. Ele tinha um terrível sentimento de rejeição. Ele ouvia, quando menino, seu pai conversando com seus amigos. O pai fazia referência a um país que ficava na América do Sul que tinha um povo complexo, multirracial, acolhedor de todos os povos, um lugar tolerante.

Depois que passou por Auschwitz e por todas as agruras de outros campos de concentração, muitos judeus, como ele, almejaram ir para o recém-criado Estado de Israel. Esse era o sonho deles. Para eles, voltar para seus lugares de origem também era igualmente duro, porque, mesmo antes da guerra, a intolerância criava nessas pessoas uma verdadeira aflição de viver naqueles lugares.



Ele, respondendo àquela menina, disse: *“Eu creio que foram as reminiscências da minha memória de menino, das referências que o meu pai fazia a um País que eu jamais cogitava como era.”*

E ele veio para o Brasil por causa daquele testemunho de uma conversa do pai com seus amigos e naturalizou-se brasileiro.

Meus amigos e minhas amigas, eu refiro-me ao testemunho de Ben Abraham como pano de fundo para uma reflexão que está diante de nós: que Brasil nós queremos afirmar?

Toda intolerância, seja ela por motivo religioso, étnico, racista, de orientação sexual, tem o mesmo gênese e ganha dimensões de tragédia quando incrementada pelos aparelhos de Estado. Mas, por outro lado, também a leniência e mesmo a abstinência do Estado em relação a essa matéria permitem o esfacelamento de um projeto democrático.

Por isso mesmo que o Deputado José Genoíno fazia referência à radicalidade que representa esse movimento para a democracia brasileira, porque é recuperar a dignidade do próprio ser humano.

O Estado Democrático de Direito, que encontra seu desenho jurídico na Constituição de 1988, não é um dado, não está pronto como que por declaração do Constituinte. O Estado Democrático de Direito se faz à medida em que a Constituição, em sua dimensão prospectiva, concretiza-se historicamente na dialética entre os embates das diversas forças organizadas da sociedade civil.

O presente seminário se inscreve neste marco de construção efetiva da democracia no Estado brasileiro, a qual tem como referência maior a Constituição de 1988.

A reflexão que proponho sobre o fundamentalismo religioso e a intolerância no Estado Democrático de Direito tem como partida essas premissas e os princípios constitucionais que asseguram a democracia não apenas como limitação ao poder estatal em face das liberdades individuais. O Estado Democrático de Direito somente será efetivo se o princípio da democracia tiver reverberação também nas relações interprivadas.

A Constituição de 1988, em seu art. 3º, elege como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil o princípio da pluralidade e da tolerância. Dessa



forma, todas as ações do Estado brasileiro devem ter como objeto fundamental promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor e quaisquer outras formas de discriminação.

Se este é um dos objetivos da República, não é um objetivo do Estado tão somente mas da sociedade e de cada um dos brasileiros. Esse é um dos pilares em que fundamos os nossos sonhos. Por outro lado, desde a Primeira República, o Brasil declarou-se Estado laico. A laicidade do Estado é *conditio sine qua non* para uma autêntica democracia. (*Palmas.*)

Não se pode admitir que por via transversa valham-se do Estado maiorias religiosas ou grupos de pressão para impor a todos os cidadãos preceitos de viés nitidamente dogmático-religioso. Esses preceitos podem legitimamente até ter incidência no âmbito, vamos chamar assim, da jurisdição dos fiéis ou dos adeptos de um determinado credo, mas não podem alcançar a generalidade impositiva para os cidadãos de um Estado que se diz democrático.

O princípio da laicidade do Estado expresso no art. 19 da Constituição Federal veda aos entes federativos não só estabelecer cultos religiosos ou subvencioná-los, mas também veda-lhes manter com as entidades religiosas ou com suas representações relações de dependência ou aliança, ressalvada na forma da lei a colaboração de interesse público.

O princípio da laicidade do Estado é também o que assegura o próprio direito à liberdade religiosa e à liberdade de opinião, como mencionou há pouco o Deputado Genoíno, porque se não for assegurada a todos igualdade de condição para manifestação do seu culto e da sua fé nós não teremos democracia. De tal forma que o Estado Democrático de Direito não protege tão somente aqueles que não têm manifestação religiosa ou não expressam nenhuma fé, protege inclusive os religiosos.

Ainda que implicitamente, a Constituição estabelece também o princípio do livre desenvolvimento da personalidade ao tornar invioláveis a intimidade e a vida privada, nos termos do inciso X do art. 5º da Carta Magna. O princípio da inviolabilidade da intimidade não deve ser referido a partir de uma perspectiva individualista e proprietária do modelo liberal enunciada na expressão norte-americana "*my home is my castle*", mas sim como um direito de autodeterminação, o



direito do livre desenvolvimento da personalidade, com a autonomia em relação à dimensão existencial de cada um de nós. Cada um de nós tem o direito de ser aquilo que pretende ser. O Estado não pode e não deve se imiscuir nessa esfera e tão pouco os particulares, sejam organizações religiosas, partidos políticos, sindicatos ou qualquer outro tipo de associação.

Merece ainda referência o princípio da pluralidade das entidades familiares consagradas já no mencionado art. 226 da Constituição Federal. Alinho-me com o Prof. Paulo Luiz Netto Lobo, que sustenta a inexistência de hierarquia entre as modalidades de família enumeradas neste artigo da Constituição. Ou seja, não é porque o Constituinte disse que a lei facilitará a conversão da união estável em casamento que se privilegiou o casamento. Ali não se trata de um juízo de valor do Constituinte, mas sim de uma diretiva para os membros desta Casa, isto é, de que eles devem facilitar, mas não que o Constituinte valorou o casamento como um grau hierárquico à união estável. Ou seja, o que se tem na Constituição é a consagração do princípio da pluralidade das entidades familiares.

Também não há aqui um rol taxativo. Trata-se de um rol meramente exemplificativo, e, por isso mesmo, devemos pensar e fazer lei a possibilidade da união estável entre pessoas de mesmo sexo.

Como já fiz referência, esses princípios não ganham força pela sua simples enunciação no texto constitucional, mas adquirem densidade normativa à medida, e tão somente à medida, que são incorporados ao discurso operativo daqueles que detém o poder, especialmente o Legislativo, o Judiciário e o Executivo.

É nesse contexto do Estado Democrático de Direito em construção que gostaria de tomar em consideração o tema do fundamentalismo religioso e da intolerância, especialmente com foco na homofobia.

Neste ponto, também parto de algumas premissas. Precisamos entender o fundamentalismo ou talvez, com maior precisão, a alma do fundamentalismo, isto é: como alguém se torna fundamentalista? Entendo que o fundamentalismo tem origem no medo, o medo em face da imprevisibilidade, o medo em face da falta de estabilidade, o medo em face do estranhamento do diferente.

Em germe, na verdade, o fundamentalismo existe em todo o ser humano, e pode ou não se desenvolver ganhando expressão religiosa em alguns casos e



vestindo-se do manto político e ideológico em outros. O fundamentalismo, de qualquer sorte, está sempre vinculado à intolerância, ao diverso e ao diferente.

Para melhor explicitar o que estou a afirmar, tomo por empréstimo algumas metáforas preciosas de Caetano Veloso na consagrada poesia de seu *Sampa*, imortalizado no cancionário da música popular brasileira:

*“...quando eu cheguei por aqui eu nada entendi
Da dura poesia concreta de tuas esquinas
Da deselegância discreta de tuas meninas...”*

O fundamentalista retrai-se diante da complexidade e do choque com o diferente, enclausura-se, nega a dura concretude da realidade. Falta-lhe quem lhe traduza o diferente.

Diz Caetano:

*“Ainda não havia para mim Rita Lee
A tua mais completa tradução...”*

São os Novos Baianos diante da concretude dura da cidade de São Paulo. A revelação do estranhamento em face do diferente vem no verso seguinte:

*“Quando eu te encarei frente a frente não vi o meu rosto
Chamei de mau gosto o que vi, de mau gosto o mau gosto
É que Narciso acha feio o que não é espelho
E à mente apavora o que ainda não é mesmo velho...”*

O fundamentalista é aquele que, movido pelo pavor do novo, retrai-se e nega o diferente. O fundamentalista não admite a possibilidade do diverso, do diferente. Se o outro existe, a sua própria existência é negada: *“Quando eu te encarei, não vi o meu rosto”*. Admitir o outro constitui uma luta existencial para o fundamentalista. O reconhecimento do diferente lhe desfirma. A saída para ele é, então, pronunciar a palavra discriminatória — e quantas vezes vocês que estão aqui ouviram a palavra discriminatória. Diz Caetano: *“Chamei de mau gosto o que vi, de mau gosto o mau gosto”*. E Caetano explica como nenhum outro poderia: *“É que Narciso acha feio o que não é espelho, e à mente apavora o que ainda não é mesmo velho”*. O novo ou o diferente é negado porque não é idêntico, não é espelho.

Sem jamais pretender explicar o fundamentalismo, creio que Caetano Veloso desvela sua alma, sua essência.



Se o fundamentalismo, inclusive o religioso, encontra a condição de sua existência no medo do diferente, ele ganha consistência pela afirmação da detenção da verdade. É a conjugação dessas 2 coisas que faz o fenômeno fundamentalista: o medo, que é condição para sua existência, e a afirmação da detenção da verdade para sua própria ação.

O dogmatismo é estabelecido a partir de uma epistemologia que não abre campo para dúvida e, portanto, para uma compreensão do diverso, para as possibilidades argumentativas, para o contraditório.

Novamente, são as metáforas que me permitem compreender o dogmatismo característico de todo fundamentalismo.

Em seu livro *Protestantismo e Repressão*, Rubem Alves relembra uma citação de Soren Kierkegaard. Diz assim, prestem atenção, é bonita essa imagem:

"Se Deus tivesse na sua mão direita toda a verdade, e na sua mão esquerda somente o perpétuo impulso na direção da verdade, muito embora acrescido do fato de que estou destinado a errar sempre e eternamente, e me dissesse: 'escolhe', eu escolheria a sua mão esquerda e diria: 'Dá, ó Pai! A Verdade pura, na verdade, é para Ti somente'."

Se alguém tem a pretensão da verdade, não há por que tolerar aquele que pensa e age de forma diversa.

Por essa razão, o dogmatismo é irmão siamês da intolerância, da exclusão e da negação do diferente.

A proposta de Soren Kierkegaard é a da tolerância: se sou dotado apenas do perpétuo impulso em direção à verdade, mas, sabedor de que estou fadado a errar sempre e eternamente, essa condição me coloca numa postura de diálogo e de abertura para o outro, para aquele que tem compreensão diversa da minha.

Nessa ordem de ideias, gostaria de lembrar aqui um religioso, porque também falo nessa condição. Vale a pena lembrar os ensinamentos de um bispo brasileiro que deixou para todos nós um grande exemplo: Dom Hélder Câmara. Dizia o Bispo de Recife:



“Ter ao próprio lado quem só sabe dizer ‘amém’, quem concorda sempre, de antemão e incondicionalmente, não é ter um companheiro, mas, sim, uma sombra de si mesmo. Desde que a discordância não seja sistemática e proposital, que seja fruto de visão diferente, a partir de ângulos novos, importa, de fato, em enriquecimento. (...)”

E ele diz de forma tão poética:

*"Se discordas de mim, tu me enriqueces,
se és sincero e buscas a verdade
e tentas encontrá-la como podes,
ganharei tendo a honestidade
e a modéstia de completar com o teu
meu pensamento, de corrigir enganos,
de aprofundar a visão..."*

Infelizmente, a visão ecumênica, em seu sentido mais amplo — isto é, a possibilidade de coexistência com o diferente fundada no amor —, não é a prevalecente na maioria das igrejas, o que inclui lideranças católicas, protestantes históricos e evangélicos de todos os naipes, do alto e do baixo clero.

Gostaria de terminar dando meu testemunho em relação à questão específica da homofobia.

A homofobia fundamentalista protestante está vinculada a um dogma — e falo do fundamentalismo protestante exatamente porque é o que eu conheço mais —, o dogma da inerrância das Escrituras Sagradas. Na busca de estabilidade e segurança para a interpretação do mundo e da própria vida, o fundamentalista apegar-se à literalidade do texto bíblico e sustenta a impossibilidade de haver erros de qualquer natureza no texto sagrado.

Mas isso não aconteceu apenas no protestantismo, não. Basta recordarmos a história de Galileu Galilei. Na discussão entre o heliocentrismo e o geocentrismo, ele foi instado pela inquisição a renunciar aos seus postulados. E para evitar a fogueira da inquisição, Galileu renunciou aos seus postulados. Mas certamente resmungou



para si mesmo: independentemente do que digam, trata-se de constatação evidente que é a Terra que gira em torno do Sol.

Martin Buber, um teólogo alemão, judeu, bem interpretou esse episódio da vida de Galileu. Disse assim: "*Boas razões para viver são, também, boas razões para morrer*". Se o Sol gira em torno da Terra, ou a terra gira em torno do Sol, essa é uma questão de profunda insignificância. Mas por algumas coisas as pessoas estão dispostas a morrer.

Temos vergonha de coisas que aconteceram no passado. Hoje, qualquer criança do ensino fundamental não pode ter a crença de que o Sol gira em torno da Terra. O que naturalmente constitui uma obviedade quase levou um gênio estudioso à morte.

Eu gostaria de dizer outras coisas. Teria uma série de questionamentos, mas, infelizmente, vou respeitar o tempo concedido pela Mesa e colocar-me à disposição.

Quero que no debate sejam discutidas algumas questões que julgo da maior relevância. Esse texto que eu escrevi, que preparei com tanto carinho, está à disposição dos senhores na saída.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jô Moraes) - Cumprimentamos o Dr. Marcos Alves da Silva, Pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil, que com seu depoimento alenta todo o debate que se faz nesta Casa, em alguns momentos extremamente conservador.

O depoimento do Sr. Marcos, já que dispomos da reprodução do texto, muito nos orientará.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GENOÍNO - Deputada Jô Moraes, tenho que sair porque tenho de ir à Comissão e ao Plenário. Vou cumprir minha tarefa e volto para cá. Estão me chamando para votar. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jô Moraes) - Parabéns, Deputado José Genoíno, um dos Deputados que recentemente desafiou esse debate na Comissão de Constituição e Justiça e que mantém firme a bandeira da autonomia humana. (*Palmas.*)



Já que falamos em Dom Hélder, queremos registrar as presenças do Deputado Paulo Rubem Santiago, de Pernambuco, e Dr. Rosinha, do PT do Paraná. *(Palmas.)*

Antes de passar a palavra ao Jean Wyllys, a Senadora Serys Slhessarenko, nossa grande aliada e combatente das causas no Senado, gostaria de dirigir algumas palavras a vocês. *(Palmas.)*

Antes, registro a presença do Deputado Paulo Pimenta, que também integra essa rede de solidariedade dos direitos humanos. *(Palmas.)*

A SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO - Quero começar fazendo uma saudação a todas e a todos que estão aqui, antes mesmo de saudar a Mesa, porque o motivo e a razão de estarmos neste seminário são os que estão aqui. *(Palmas.)*

Sejam muito bem-vindos.

O sucesso deste Seminário, com certeza, já está garantido. Quero saudar todos os Srs. Deputados que estão aqui, a Mesa e meu amigo Jean, companheiro de *Twitter*.

Saúdo também todas as regiões que estão aqui, o Norte, o meu Centro-Oeste — sou Senadora por Mato Grosso —, o Nordeste, o Sul e o Sudeste. *(Palmas.)*

Atrasei bastante, porque estava na iminência de usar a tribuna, o que terminou acontecendo — registrei a minha fala para todo o Brasil e nos Anais do Senado da República. E foi uma fala razoavelmente longa, que entendi muito importante fazer hoje na tribuna do Senado do nosso País. E, como foi gravada, qualquer um poderá depois assistir via Internet.

Aqui, obviamente, também vou falar do tema, mas de forma bem mais sintética do que me pronunciei na tribuna do Senado.

Quero saudar especialmente o pessoal de Mato Grosso — desculpem se puxo a brasa para a minha sardinha —, Eva, Raquel, Rosemeire, Fábio, Fábio Fernandes, Leo Santana, Adilson, Bira, Marli, Afrânio, Carlos Eduardo, Leonardo, enfim, todos os mato-grossenses que vieram para cá exigir seus direitos, pessoas de Barão de Melgaço, de Cuiabá, de Várzea Grande, de Barra do Garças, pessoas maravilhosas.



É um orgulho muito grande para mim, juntamente com a Senadora Fátima Cleide, a Deputada Manuela Dávila, o Deputado José Genoíno e vários outros Parlamentares, coordenar a Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT.

É um orgulho muito grande estar aqui neste Seminário, fazer parte desta Mesa num momento importante para a promoção da cidadania LGBT.

Este seminário ajuda o Congresso Nacional, ajuda-nos a olhar com mais cuidado os problemas que afligem os integrantes do movimento LGBT. E não me refiro a nós que estamos aqui, como o Deputado Dr. Rosinha e os demais companheiros presentes que já estamos envolvidos nessa situação como um todo, defendendo sempre a causa, seja na Câmara, seja no Senado, mas aos outros Parlamentares, que, de uma forma ou de outra, acabam escutando, sentindo a repercussão dessa mobilização e, aos poucos, vão se sensibilizando. Aliás, as duas Casas do Congresso Nacional vão se sensibilizando, infelizmente ainda a passo de tartaruga — e, às vezes, brinco dizendo que a tartaruga até parece andar de ré de tão devagar que anda, mas, ainda assim, ela vai avançando.

A sensibilização dos Parlamentares das duas Casas se faz necessária para que façamos com que o respeito aos direitos das cidadãs e cidadãos LGBT avance.

Precisamos todos — homossexuais ou não — ter direito a uma vida livre de qualquer forma de violência e discriminação.

Nesta oportunidade, quero falar rapidamente sobre a questão da união estável, de Estado laico e de fundamentalismo religioso — e ouvi aqui uma parte das falas. Parablenizo, inclusive, o Pastor pela fala que ouvi quando cheguei a este plenário. É muito importante tê-lo na Mesa, Pastor. Sua presença quebra alguns preconceitos que estão por aí.

Cumprimento a Dra. Rosa Maria Rodrigues, doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina; o Dr. Marcos Alves, advogado; o Pastor, de quem já falei, da Igreja Presbiteriana e doutorando em Direito Civil pela UERJ; o professor e meu amigo de *Twitter* Jean — estamos sempre batendo papo pelo *Twitter* —, os companheiros que aqui estão e os que já saíram, a Deputada Iriny Lopes, Secretária-Geral da ABGLT; o Carlos Magno, Secretário de Comunicação da ABGLT; enfim, todos e todas que estão aqui.



Antes de dar início à rápida exposição que vou fazer, gostaria de me reportar rapidamente sobre os temas desta Mesa e já jogar alguns pontos para o debate. Sei que muitos serão aprofundados, mas quero, pelo menos, deixar a minha contribuição para as discussões.

Não vou dizer aqui, mais uma vez, que o art. 5º da Constituição Federal é diariamente desrespeitado ao não se garantir igualdade de tratamento no que diz respeito às relações homoafetivas e às relações heterossexuais e que o simples exercício do direito de ser homossexual pode resultar em agressões físicas ou verbais. O Estado brasileiro está longe de garantir isonomia no tratamento entre homossexuais e heterossexuais. Definitivamente, muitas vezes, lésbicas, gays, bissexuais e travestis são tratados como não cidadãos ou cidadãos pela metade. E isso não pode acontecer. Todos são cidadãos absolutamente iguais em termos de direitos. Todos somos absolutamente iguais. (*Palmas.*)

Um casal homossexual não tem seus direitos tacitamente aceitos. Podem até garantir, depois de luta judicial, fato que só ocorre porque quase nenhum direito está legalmente protegido. Não consigo entender o porquê de não se regulamentar a união civil homossexual, uma vez que as uniões já existem de fato, só queremos dar a garantia do direito. Elas existem, só queremos a garantia do direito! Por que não permitir? Qual o crime de permitir o direito se essas uniões já existem? Em nada mudará a situação já existente, porque o relacionamento já existe. Então, que se respeite. Como sempre digo, nenhum heterossexual virará homossexual porque a lei permite união entre pessoas do mesmo sexo. Nenhum! (*Palmas.*)

Então, é preciso parar com a discriminação. E nós, Parlamentares que defendemos os homossexuais, também somos discriminados — “*Ah, não, porque vocês defendem e vão transformar toda a sociedade etc. e tal*”. Não é nada disso! Os relacionamentos já existem, apenas queremos que os direitos sejam assegurados, ponto. (*Palmas.*)

Da mesma forma, não acredito que alguém vá deixar de viver uma história de amor, um relacionamento repleto de sentimentos amorosos, porque a lei não reconhece sua união. Não é a lei que une as pessoas, mas o amor, o sentimento mais belo que alguém pode ter por outra pessoa. A lei só dará segurança jurídica ao acordo firmado, a união já existe.



Portanto, não venham aqueles que são contra dizerem que estamos fazendo leis porque queremos, realmente, que isso ou aquilo aconteça na sociedade. Não é nada disso! Queremos assegurar o não à violência, o não à discriminação, o sim à segurança daqueles que têm um laço afetivo. (*Palmas.*)

E respeitar esse direito independe de convicções religiosas, é um dever que todo Parlamentar deve ter, uma vez que não estamos falando em concordância ou discordância em ser *gay* ou não, mas, sim, de promover isonomia entre todos os cidadãos e cidadãs, respeitando preceitos constitucionais e, principalmente, respeitando o princípio democrático de respeito às minorias.

A maioria não pode impedir que a minoria tenha direitos que as igualem, que promovam isonomia na sociedade. Mais uma vez, com base no art. 5º da Constituição Federal, não pode haver qualquer tipo de diferenciação entre cidadãos e cidadãs. Por isso o Estado deve ser laico, no sentido de que o entendimento de uma religião não pode ser imposto ao todo.

Toda religião deve ser respeitada e, por isso, nenhuma pode ser privilegiada em relação a outra, com imposição ao Estado de suas crenças.

O Brasil é um País católico e evangélico, mas também é um País espírita, umbandista, budista, muçulmano, judeu, Hare Krishna, enfim, temos muitas e muitas designações religiosas, que não são doutrinariamente convergentes sobre uma série de pontos. Portanto, não se pode utilizar critérios religiosos para aprovar ou deixar de aprovar leis, sob pena de se tomar uma decisão injusta e antidemocrática.

Que não se utilizem critérios religiosos! Que não se utilizem pressões religiosas para se aprovar ou não uma lei! Sim, o que precisamos tomar são decisões justas e democráticas. As siglas religiosas têm todo o direito de se manifestar — é claro —, porém, tal manifestação deve ser cuidadosa para que sua ação não complique ações que possam acontecer na sociedade.

O extremismo religioso é um risco para o processo democrático. Crenças não podem ser impostas a ninguém. Crer é um direito que assiste a todos os brasileiros e brasileiras. No entanto, a sua visão de mundo não pode ser imposta ou obrigatória, principalmente quando essa visão busca impedir a existência de uma comunidade inteira, como a LGBT.



Sei que os direitos estão chegando aos poucos, lentamente, mas ainda falta muito: falta amor com o próximo, falta entender que a felicidade de outrem jamais trará prejuízo para a sociedade e que o amor de duas pessoas nunca será motivo de desagregação ou de discórdia. Pelo contrário. Acredito que uma sociedade só será justa quando o amor e fraternidade estiverem presentes em todas as relações humanas.

Então, pela fraternidade, pela generosidade e, especialmente pela solidariedade, pela mudança de conceitos, pregamos não à competição, não à disputa, não à discriminação e sim à mudança de valores, sim à solidariedade e sim ao respeito a toda e qualquer orientação sexual.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jô Moraes) - Queremos agradecer à Senadora as palavras proferidas e lembrar que o pronunciamento de S.Exa., mais longo e mais completo, está à disposição no Senado Federal. A Senadora já justificou que terá de se ausentar antes do término desta Mesa.

A propósito, gostaria de dizer a todos que, quando fazemos este revezamento, não é por não compreendermos a importância do debate, mas por estarmos envolvidos em uma série de Comissões e sermos obrigados a estar presentes em todas.

Por isso, antes de passar a palavra ao professor, escritor e jornalista Jean Wyllys, da Universidade Veiga de Almeida, passo a presidência dos trabalhos ao Deputado Paulo Pimenta, mas permaneceré aqui, escutando essas intervenções tão importantes.

Sei que todos estão muito cansados e que o grau de dispersão é fruto da viagem que fizeram até aqui, mas estamos solicitando um certo esforço de concentração, porque os depoimentos são muito ricos e vão incorporar e orientar a importante e desafiadora luta contra a discriminação e pela liberdade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Mantendo a programação, de imediato passo a palavra ao Prof. Jean Wyllys.

O SR. JEAN WYLLYS - Boa tarde a todos.

Quero agradecer aos companheiros de Mesa, aos organizadores do Seminário e, em especial, ao Toni Reis, o convite.



Como digo em minhas palestras e comunicações em público, apresentar-se é mais do que dizer quem você é entre os presentes, é também marcar um lugar de fala, pois em se fazendo essa marcação, deixa-se claro que o seu discurso não é a verdade, mas talvez, e no máximo, uma verdade.

Dito isso, apresento-me àqueles que não me conhecem. Meu nome é Jean Wyllys, sou jornalista formado pela Universidade Federal da Bahia. Durante 7 anos consecutivos trabalhei na imprensa baiana, principalmente com matérias ligadas aos direitos humanos e às questões sociais, e recebi alguns prêmios por isso. Depois, fiz mestrado na área dos estudos culturais e fui dar aulas nas Faculdades Jorge Amado, onde criei um núcleo de mídia e cidadania e uma pós-graduação em Jornalismo e Direitos Humanos. Atualmente, moro no Rio de Janeiro e dou aulas na Universidade Veiga de Almeida e na Escola Superior de Propaganda e Marketing.

Como alguém com esse perfil pode contribuir com uma Mesa que discute união estável, Estado laico e fundamentalismo religioso? Bom, de diversas maneiras — sei disso —, embora tenha escolhido dar minha contribuição a partir da minha formação na área dos estudos culturais.

Os estudos culturais não entendem a cultura apenas como erudição — técnicas de pintura, literatura, ópera, viagens, enfim — nem entendem a cultura como os lançamentos da indústria cultural, como fazem os chamados “cadernos de cultura”. Para os Estudos Culturais, a cultura é entendida como modo de vida, ou seja, fazem parte da cultura não só as artes, mas também os falares, os modos como se come, como se dorme, as formas de se fazer sexo, as habitações, os trajés, as religiões, as leis e as formas de governar.

Nesse sentido, preferimos falar em culturas, no plural. E, também nesse sentido, não há qualquer ser humano sem cultura. Todos temos cultura ou pertencemos a uma cultura. (*Palmas.*)

Toda cultura é fundamentada em mitos. Ou seja, os alicerces, os fundamentos da cultura são os mitos. Estes, por sua vez, são as narrativas que os diferentes agrupamentos humanos construíram para explicar sua existência e a natureza à sua volta.

Por isso, a maior parte dos mitos de uma cultura constitui a base das religiões. Por exemplo, o mito de Shiva dá conta das destruições e transformações



que acontecem na vida. Esse mito diz que o Deus Shiva dança no meio de uma roda de fogo e, com o pé direito, esmaga a cabeça de uma figura bestial, a ignorância, e com o pé esquerdo faz um movimento ascendente, indicando a liberação espiritual. Cada vez que ele dança, acontece uma destruição ou transformação.

Um mito tupi-guarani diz que a vitória-régia é uma índia que, apaixonada por Jaci, a lua, lançou-se na águas profundas de um Igarapé onde ela estava refletida. Tupã, deus supremo do povo tupi-guarani, com pena, transformou-a numa flor exótica, a vitória-régia. Já um mito iorubá diz que os oceanos são o ventre rompido de Iemanjá, a deusa-mãe que corria grávida de toda vida que surgiu dos mares primitivos. O mito judaico-cristão da criação do homem e da mulher explica a menstruação e o surgimento da agricultura e do trabalho. Após descobrir que Adão e Eva comeram do fruto proibido, Deus condenou Eva a sangrar periodicamente e a parir entre dores, e Adão a cultivar a terra para comer daquilo que dela extraísse com suor.

Acontece que os mitos não são meras histórias fantasiosas. Aliás, tendemos a achar fantasiosos apenas os mitos da cultura alheia. Imagino que alguém aqui possa estar chocado por eu ter tratado o texto bíblico como mito tanto quanto é o mito de Brahma. Minha intenção não é chocar nem ofender qualquer pessoa. Os mitos, volto a dizer, não são meras narrativas fantasiosas. Ao fundamentarem as culturas, eles as organizam, explicam-nos e nos constituem como sujeitos.

Como diz o pensador francês George Sorel: *“o mito é um núcleo produtor de significados e ações”*. Prestem bem atenção a isto: o mito produz significados e ações. Por exemplo, se lemos num jornal que uma mulher, para se vingar do amante que a abandonou, matou os próprios filhos, imediatamente nos remetemos ao mito grego de Medeia. Freud e a psicanálise foram buscar no mito de Édipo a explicação para os conflitos existentes entre nós e nossos pais.

O que leva o povo de santo, os adeptos do Candomblé e da Umbanda, a respeitar o mar, as florestas e os rios, senão os mitos de Iemanjá, Oxóssi e Oxum? O que leva alguém a se sentir culpado por não amar o pai ou a mãe, senão o mito de que Moisés recebeu de Jeová as tábuas dos 10 mandamentos, entre os quais estava o *“honrarás teu pai e tua mãe”*?



Por falar em Moisés, não podemos esquecer que o mito de que Jeová disse ao povo judeu “crescei e multiplicai-vos” e que o mito da destruição de Sodoma e Gomorra são os responsáveis pela repressão de qualquer prática sexual que não seja “papai e mamãe”, entre as quais estão as homossexualidades — e, daqui a pouco, explico por que prefiro o termo “homossexualidades”, no plural, em vez de “homossexualidade” no singular.

Esses mitos são tão fortes em sua produção de significados e ações que até mesmo pessoas que se dizem leigas, laicas, não religiosas e intelectualizadas têm problemas com a homossexualidade. O cineasta e colunista Arnaldo Jabor é um desses esclarecidos que, de vez em quando, expressa sua homofobia mal disfarçada em textos e comentários. É dele a pérola: *“Antigamente, o homossexualismo era proibido no Brasil, depois, passou a ser tolerado, hoje, é aceito como coisa normal. Vou embora antes que seja obrigatório”*.

Os mitos produzem imaginários, mentalidades, visões de mundo, ideologias, e só podemos acessar essas mentalidades a partir de sua materialização. A fala e a escrita são, por excelência, os meios em que essas mentalidades se materializam. Se alguém nos conta às gargalhadas uma piada do tipo: *“branco correndo é atleta, preto correndo é ladrão”*, é por meio de sua fala que podemos dizer que seu imaginário é racista.

Graças às infames declarações dos Governadores André Puccinelli, do Mato Grosso do Sul, que chamou o Ministro Carlos Minc de *“veado fumador de maconha”*, e Roberto Requião, do Paraná, que associou o aumento do câncer de mama em homens às paradas gays, sabemos hoje que eles são homofóbicos.

A mentalidade machista e patriarcal de políticos brasileiros se materializou naquela lei, que felizmente não existe mais, que permitia aos homens assassinar suas esposas adúlteras.

A ideologia homofóbica de médicos e cientistas se materializou na inclusão das homossexualidades no Código Internacional de Doenças.

Prefiro usar o termo “homossexualidades”, no plural, porque existe uma variedade de “tipos homossexuais” — entre aspas — ou, pelo menos, de comportamentos homossexuais. Talvez as homossexualidades sejam tão plurais quanto o são as sexualidades humanas. A identidade homossexual nunca é dada,



ela é necessariamente plural, múltipla, uma identidade sem identidade, por mais paradoxal que pareça a afirmação; uma identidade em aberto, sem essência.

Não por acaso, as letras que representam nosso coletivo – LGBT – só aumentam, confundindo aqueles que querem nos aprisionar em estereótipos definitivos.

Entretanto, apesar de haver homossexualidades, existe algo em comum entre todas elas, ou melhor, existe algo em comum entre todos nós: pertencemos a um mesmo coletivo constituído pela mitologia judaico-cristã como pecador, doente, degenerado, antinatural, corruptor e anormal.

Nós, homossexuais, apesar de nossas diferenças e, talvez, até mesmo por causa delas, estamos todos ligados uns aos outros pelo nosso corpo a corpo com a sociedade, que se tornou homofóbica graças aos seus mitos religiosos. As injúrias de que somos vítimas por fugirmos da norma sexual prescrita pela mitologia judaico-cristã, a de que um macho só deve fazer sexo com uma fêmea e vice-versa, constituem-nos como um coletivo que preexiste e nos une mesmo que alguns homossexuais não queiram ou recusem ou dele não tenham consciência (do coletivo).

O movimento LGBT é, portanto, uma passagem consciente e deliberada de uma existência como coletivo, que existe na dispersão daqueles que os constituem, para uma existência como grupo querido como tal e animado por um projeto político comum.

Homossexualidades só poderiam gerar homofobias, também no plural. A cada tipo de homossexual ou de comportamento homossexual corresponde uma homofobia. Há quem tolere *gays* masculinizados ou *viris*, mas têm ojeriza a travestis; há quem festeje a lésbica feminina, mas detesta sapatão; há quem não se importe quando alguém diz que é homossexual, mas é capaz de vomitar ao imaginar 2 homens com barba se beijando.

Essas diferentes homofobias também têm algo em comum: são frutos da mesma mitologia, que, por motivos diversos, constroem as homossexualidades como algo ruim e desvalorizado.



Os mitos, portanto, organizam a cultura geral, não só as religiões; as mentalidades, as visões de mundo, as ideologias que eles produzem vazam do espaço das religiões e impregnam todos os outros aspectos da cultura.

Prova disso é que, no preâmbulo da Constituição de 1988, que não só se pretende laica, leiga, neutra, mas defende o laicismo do Estado brasileiro, é citada a palavra “Deus”, grafada em maiúscula. Diz o seu preâmbulo:

“Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos na Assembleia Nacional Constituinte para instituir o Estado Democrático destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil”.

Pergunto-lhes: por que Deus, o Deus judaico-cristão, é citado no preâmbulo de uma Constituição que se quer neutra e lei máxima de uma gente tão diversa culturalmente e adepta de diferentes credos, ainda que essa referência não seja reforçada no texto constitucional? Ora, porque as ideologias ou mentalidades produzidas pelos mitos não se restringem ao âmbito das religiões. Em seu art. 19, a Constituição afirma que o Estado brasileiro é laico e que, como tal, não deve nem pode estabelecer preferências entre as religiões. Entretanto, o que se vê em prédios públicos são crucifixos e outros ícones e símbolos cristãos.

O texto constitucional dá à pessoa humana o direito de acreditar ou não em um ser divino, e eu exerço esse direito, pois nem mesmo Marx e o materialismo histórico conseguiram me afastar dos mistérios da fé e da existência. Mas o texto também afirma que o Estado não tem sentimento religioso. Sendo assim, por que a celebração de missas e cultos evangélicos em prédios públicos? Onde se assegura o direito das minorias não adeptas do cristianismo católico ou evangélico? (*Palmas.*) Onde se assegura o direito dos ateus e do candomblé? (*Palmas.*)



Se os significados produzidos pelos mitos estruturam nossas visões de mundo, será que é possível existir o Estado laico de fato? Se não, o Estado laico deve permanecer como um objetivo a ser alcançado e como uma realidade pela qual se deve lutar todos os dias, enquanto certos mitos são derrubados, reinterpretados ou reconstruídos nos jogos democráticos ou nos jogos de verdade.

O desejo de um Estado laico de fato não deve desaparecer do horizonte das pessoas éticas para o bem da coletividade. Se o mito é produtor de significados e ações por todos nós, devemos brigar para que o Estado se mantenha longe daqueles em que os mitos produzem significados e ações nefastas e letais: os fundamentalistas.

Fundamentalistas são as pessoas que creem nos mitos, nos fundamentos, como verdades absolutas e inquestionáveis. Os homens-bombas muçulmanos, que matam diariamente dezenas de pessoas no Iraque e em Israel, são chamados de fundamentalistas porque acreditam no mito de que, ao se sacrificarem em nome de Alá, herdarão um harém no paraíso.

Os terroristas judeus, que massacram palestinos, acreditam no mito de que são o povo eleito, o povo de Deus. Quem também acredita nesse mito é o Presidente Bush, que invadiu o Iraque com suas tropas. Os colonizadores portugueses que dizimaram a maioria dos povos indígenas brasileiros, sob a alegação de que os índios não tinham fé, nem lei, nem rei, eram fundamentalistas porque acreditavam piamente neste mesmo mito do povo eleito.

A história nos mostra que o Estado nas mãos de fundamentalistas só se presta ao autoritarismo, à intolerância, à escravidão, ao extermínio, enfim, a ferir a dignidade da pessoa humana. (*Palmas.*)

O Estado não pode cair na mão dessa gente, porque ela não tem compromisso com a ética, que assegura a vida, nem com o bem-estar de todos. Essa gente quer estabelecer a paz dos cemitérios. E se a escuridão avança, mais do que nunca nós, que estamos aqui, devemos manter a chama acesa.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Obrigado, Jean Wyllys, pela sua manifestação, abrilhantando este Seminário com a sua presença e sua participação.



Quero registrar a presença do Deputado Pedro Wilson, que também esteve aqui pela manhã (*palmas*); a Deputada Maria do Rosário (*palmas*); o Deputado Chico Alencar (*palmas*); o Deputado Dr. Rosinha já tinha sido citado, mas como o Deputado Pedro Wilson pediu, cito de novo. (*Palmas.*)

Vamos adiante com nosso Seminário, passando a palavra agora à Dra. Rosa Maria de Oliveira, advogada, Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina, para sua exposição sobre o tema: *Isto é contra a natureza? Decisões e discursos sobre as conjugalidades homoeróticas em tribunais brasileiros.*

A palavra está a sua disposição, Dra. Rosa Maria de Oliveira.

A SRA. ROSA MARIA RODRIGUES DE OLIVEIRA - Boa tarde a todos e todas. Eu queria pedir que começassem a passar os *slides*.

(*Segue-se exibição de imagens.*)

Quero agradecer à ABGLT, em nome da Yone Lindgren, em nome da Keila Simpson e em nome do casal Toni Reis e David Harrad, que tem a ver também com o tema que vamos apresentar aqui.

Vou fazer uma leitura combinada com os *slides*.

O debate sobre conjugalidade e parentalidades homoeróticas aparece como pauta essencial para as respostas sociais que as ciências humanas podem engendrar, num contexto provocado pelas profundas alterações observadas na relação entre família e sexualidade ao longo da história.

Maria Luiza Heilborn, num estudo sobre as novas configurações familiares, explica que tais mudanças resultam, por um lado, de um longo processo que tornou a conjugalidade um domínio relativamente autônomo da família, orientado por dinâmicas internas, nas quais a sexualidade ocupa um lugar central, e, por outro lado, do fato de que o exercício da atividade sexual deixou de ser circunscrito à esfera do matrimônio.

Miriam Grossi aponta igualmente que o final da década de 90 foi marcante para a alteração dos modelos ocidentais de parentesco, que, a partir do reconhecimento jurídico das conjugalidades homoeróticas, passam a assumir novas referências, além da díade do casal heterossexual com a sua prole.



Assim, o conceito de casamento convertido em sacramento pela Igreja Católica e utilizado como um referente fundamental por outras denominações para a constituição da família considerada, entre aspas, “normal” vem sendo ressignificado, ao longo do tempo, por casais de pessoas do mesmo sexo, que reivindicam a mesma possibilidade com uma bandeira já consagrada pelo movimento homossexual ou movimento LGBT.

Eu vou fazer uma apresentação de uma pesquisa de tese sobre um estudo em relação a conjugalidades homoeróticas e o tratamento que os tribunais no Brasil têm dado.

A metodologia que eu utilizei para tratar desse problema concentrou-se numa análise das divergências de interpretação sobre o conceito de família entre os tribunais de Justiça dos 4 Estados — depois, eu vou explicar como foi esse recorte. Comecei a fazer a pesquisa pelos *sites* dos 27 tribunais de Justiça dos Estados. E também utilizei entrevistas com 25 relatores desses acórdãos judiciais.

Eu não pretendi, nesse caso, analisar o Poder Judiciário em si, mas os discursos desses sujeitos que estão envolvidos diretamente nessa discussão.

Eu parto desse princípio quando abordo os discursos produzidos nas entrevistas como posicionamentos que são emblemáticos do poder, no caso, na esteira de Michel Foucault e Mary Douglas.

Eu gostaria também de falar um pouco sobre os conceitos. O Jean falou sobre as homossexualidades. Eu utilizo os termos movimento homossexual, movimento LGBT, ao lado de uma expressão disseminada no Brasil por Jurandir Freire Costa, que é homoerotismo; e expressões que vão referir-se às práticas amorosas sexuais e conjugais relacionadas a essas categorias identitárias, mas que não revelam, a partir daí, um sujeito homoerótico.

Para mim, falar sobre homoerotismo não significa apontar na rua os homoeróticos passando. Eu também, assimilando esse tipo de concepção, utilizo então a expressão conjugalidades homoeróticas.

Eu ainda tomo o conceito de homoafetividade — se quiserem, depois podemos fazer um debate, não sei se vai haver tempo — a partir do seu lugar num discurso nativo, num discurso que está circulando muito no meio jurídico hoje, e principalmente está sendo assimilado pelos escritórios de advocacia. Existem vários



escritórios de advocacia em São Paulo que possuem essa vertente. Então, eu considero essa categoria dentro desse espectro teórico, mas eu não adoto como conceito de análise, porque me parece restrito demais — eu não vou me alongar muito nesse tema.

O princípio da dualidade sexual é uma questão que aparece muito, tanto nas falas dos desembargadores, quanto na leitura dos acórdãos. E ele é uma referência de análise para as concepções de família relacionadas a um sistema sexo-gênero, que liga artificialmente a genitalidade à constituição do desejo, engendrando exclusões que vão ser consideradas, então, um desvio desta norma do parentesco heterossexual.

As principais categorias normativas representativas da família e do casamento são sustentadas em classificações que vão sendo mantidas em conformidade com a dicotomia sexual, com uma base biológica que une sexualidade e reprodução e que vai ser traduzida em regras sociais e morais, como, por exemplo, a intenção de constituição de família e a fidelidade recíproca, que, de outro lado, são exigidas para qualquer pessoa, independentemente da sexualidade.

A união estável e a sociedade de fato são conceitos centrais nas discussões técnico-jurídicas encontradas nos acórdãos e estão relacionados à consideração jurídica da unidade familiar, tratada pelo Direito de Família como aquela estabelecida entre o casal homem e mulher. E vai lançar, então, os demais arranjos familiares para o campo obrigacional, para o campo societário, tirando a subjetivação da relação amorosa, que é um pouco aproveitada e colada com conceito de afetividade quando se fala em homoafetividade.

A pesquisa concentrou-se no chamado segundo grau de jurisdição da Justiça Comum, eu não examinei Justiça Estadual, portanto. Eu trabalhei com os processos, recursos oriundos das varas cíveis e de família em todo o País.

Estes *slides* são dos dados do Brasil atualmente, como está o cenário, pelo menos na discussão que fazemos com os tribunais mais diretamente, no balcão, e principalmente na Internet, que é a base do início da pesquisa da busca exploratória.

Em 2005, utilizei algumas palavras-chaves como união homossexual, união afetiva, união estável mais homossexuais, sociedade de fato mais homossexuais. Existe um campo nos *links* dos tribunais para fazer essa busca. Eu havia



identificado, a partir de 2005 e 2006, um quantitativo de 10 Estados onde, à época, foram localizados 108 acórdãos relativos ao tema. Há 6 meses fiz a última atualização e em outubro de 2009 já pulou para 23 Estados que têm recursos judiciais relativos a conjugalidades homoeróticas nos tribunais, somando um total de 354 acórdãos.

A distribuição regional é bastante desigual. A Região Norte, no momento, é a que tem menor índice de recursos judiciais nessa área, são 4 acórdãos, concentrando 1% do total, como os senhores estão vendo ali. Se considerarmos o Sudeste e o Sul do País, em 2006, somavam 92%. Ainda em 2009, a concentração é maior nestas duas Regiões, Sudeste e Sul — 59% no Sudeste e 30% no Sul. Nessas duas regiões, os Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo concentram o maior número de decisões judiciais relativas a conjugalidades homoeróticas, independentemente de a decisão ser ou não favorável.

É bom explicar isso, porque houve uma pesquisa recente muito interessante da Associação dos Magistrados Brasileiros que levantou os locais em que está havendo o maior índice de decisões favoráveis. Isso também aparece na pesquisa, mas preferi trazer os dados mais gerais para ficar uma discussão mais ampla.

Este *slide* é só para os senhores terem uma noção da dimensão do Sudeste e do Sul do País, ainda em 2009, em números de recursos judiciais. Isso não significa necessariamente que não existam ações judiciais nos outros Estados. O que acontece é que nos tribunais de Justiça dessas duas Regiões a discussão tem sido mais ampla.

Estes são os Estados pesquisados. Em outubro de 2009, os números concentraram um total de 278 decisões, e a distribuição geral de acórdãos foi esta que está na tela: 74 acórdãos no Rio Grande do Sul e 37 em Minas Gerais.

No Rio de Janeiro e em São Paulo há uma questão interessante, que é o segredo de Justiça. O segredo de Justiça é uma prerrogativa da parte de que se lança mão, de acordo com o Estado, de uma forma diferente. Por exemplo, no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais os processos em segredo de Justiça são disponibilizados a partir da busca, tanto pela Internet como no balcão, tarjando o nome das partes, protegendo a identidade. Em São Paulo, de 2005 para cá, vem



mudando muito o acesso. Eu cheguei a ter acesso e saber que existem 30 processos em segredo, em São Paulo, até 2005. Mas a partir daí, talvez quando se começou a demandar — eu demandei a Câmara para conseguir fazer acesso aos processos de Justiça —, mudou e hoje em dia não aparece. Se você faz uma busca de palavra, só aparece que existem processos em segredo. O Tribunal de Justiça de São Paulo tratou de forma diferente.

O Rio de Janeiro foi o Estado em que a busca eletrônica permitiu localizar o primeiro acórdão sobre conjugalidades no País, datado de 1989. Mais uma vez, essa pesquisa foi originada pela Internet, então, pode ser que haja algum tipo de quebra. A partir da metade dos anos 80, começam a aparecer os dados.

Entre 2006 e 2009 os números disparam. Se considerarmos que a vida média de um processo judicial, incluindo a fase recursal, dura entre 8 e 10 anos, podemos relacionar como uma das hipóteses possíveis para compreensão desse fenômeno o avanço da discussão pautada pelo movimento homossexual desde a metade dos anos 80, quando o tema do “casamento *gay*”, entre aspas, já era objeto do segundo Encontro Brasileiro de Homossexuais — EBHO realizado pelo Grupo Gay da Bahia, em Salvador, como a Regina Facchini demonstra no seu estudo sobre o movimento homossexual, o *Sopa de Letrinhas*.

Este quadro é para dar uma ideia de quais são os processos de origem que estão mais envolvidos. E vou me ater a um deles, o processo de inventário, algo bastante interessante porque envolve homens *gays*, principalmente, como protagonistas desses processos judiciais. É bom mencionar que no campo não aparecem travestis e transexuais; são *gays* e lésbicas que protagonizam os recursos judiciais em nosso País. Esses recursos que envolvem inventário são maioria. Em São Paulo, as demandas por pensão por morte também ainda são a maioria, foram mais frequentes, mas esse dado tem que ser mediado pelo fato de haver muito processo que pode estar em recurso de segredo de Justiça, pode significar que há um número expressivo de inventários.

Acho importante dimensionar, primeiro, a questão da prevenção à AIDS, por exemplo. Aparece não o tema da prevenção em si, mas o advento da epidemia aparece de uma forma meio remota nos relatórios. Em alguns relatórios faz-se uma



menção bem genérica a uma patologia muito grave, mas não se diz diretamente, na maioria deles, do que se trata.

Mas os relatos, as histórias que se contam nos relatórios dos acórdãos demonstram sempre haver uma litigância de homens que ficaram à mercê, no caso, de uma disputa litigiosa sobre os bens onde residiam, porque fizeram sempre trabalhos domésticos na sua residência com o seu marido. Por exemplo, muitos companheiros de funcionários públicos, de militares aparecem nos relatórios litigando, muitas vezes, com a mãe — a mãe é a principal protagonista nos processos de inventário, esse é um elemento que para a antropologia talvez seja bastante interessante.

Chamou minha atenção o valor do trabalho doméstico dos homens *gays* atualmente. Ele é tão desvalorizado quanto o valor que as mulheres heterossexuais, antes da legislação do divórcio — nos anos 60, portanto —, tinham, porque precisavam comprovar que havia tido uma participação econômica e financeira para a formação do patrimônio daquele casal. Acho que esse é um dado bastante relevante inclusive para se continuar a pesquisar em relação a esta valorização do trabalho doméstico masculino num casal homossexual.

Essas são as modalidades de recursos, só para os senhores verem que o maior número ainda são as apelações.

Tipos de decisão por Estado. Se considerarmos o total de 278 acórdãos que foram estudados, encontrei um índice de 48% de decisões desfavoráveis, 40% de decisões favoráveis e 7 recursos com decisões parcialmente favoráveis, e em 10% delas o mérito ainda não foi julgado.

O que é importante mencionar? Fica evidente, observando o gráfico anterior, de 2005, e o de agora, que a polêmica está-se acentuando e vem ganhando terreno posições mais favoráveis nos outros tribunais que não aqueles como o Tribunal do Rio Grande do Sul, muito famoso pelas suas decisões mais avançadas. Há uma discrepância do que poderiam ser consideradas decisões mais ou menos favoráveis.

De qualquer forma, se for considerado o ponto de vista de visão patrimonial, que é o que se está observando aqui desde o início desta Mesa, a questão dos direitos civis, envolvidos em qualquer contrato de casamento, ainda assim, com uma discrepância mínima, tem havido um avanço muito grande do Poder Judiciário no



sentido de garantir pelo menos a partilha desses bens. Existe uma ressignificação e uma relativização da necessidade de se comprovar a participação econômica nos processos judiciais.

Considerações finais. Os padrões de demandas de decisões em torno da controvérsia sociedade de fato *versus* união estável, para um enquadramento das conjugalidades homoeróticas, são desdobrados em 3 tópicos gerais, que demonstram como as noções sobre família e casamento, a discussão sobre competência do foro para o julgamento das ações e a controvérsia sobre a existência de uma lacuna legal são tratadas nos discursos oficiais dos Relatores em seus votos.

O modelo médico do homem pai — de Jurandir Freire Costa — parece influenciar o imaginário do julgador, principalmente quando se observa que a maioria dos pleitos de inventário que chegam a recurso é proposta por homens *gays* — aquela questão a que me referi. Ela aparece na avaliação em que muitas decisões fazem das provas produzidas pelas partes, onde o simples fato “de uma parceira” ou “um parceiro” ter trabalhado em lides domésticas, em atividades ligadas à administração dos bens, cuidado com os doentes, cuidado com os idosos ou ter assumido sozinho os cuidados com o seu companheiro que foi a óbito, não é levado em conta como prova da existência da sociedade de fato, que ainda é a maior parte das decisões, o grosso das decisões, o que ocasionará, muitas vezes, inclusive, o insucesso da demanda. Há uma situação bem emblemática no Rio de Janeiro que depois podemos comentar.

O que fica no pano de fundo, então, é uma disputa discursiva sobre direito, moral e cultura, que é encarnada nessa ideia da polêmica sobre casamento, união estável ou sociedade de fato, que na verdade são nomes que se dão para as relações e que vão implicar depois em direitos.

Por último, eu queria levantar que a demanda por inclusão na ordem jurídica das conjugalidades homoeróticas não descarta de qualquer modo certos riscos que se assumem em relação a uma tentativa de inscrição de determinadas modalidades de práticas sociais e sexuais em certa normatividade, a partir de critérios que são totais, que são totalizantes e que estão massacrando, inclusive, casais heterossexuais hoje.



Esses são os modelos que coloquei no início, como fidelidade recíproca, a constância do casamento, a vivência sob o mesmo teto, várias questões que são totais e que adotam uma forma minimamente reconhecível de família e que se espera que isso seja perpetuado.

Botelho contesta um pouco isso no texto sobre a pergunta que faz sobre quem deseja, afinal de contas, o desejo do Estado, e o que se está querendo encontrar nessa esfera desse desejo. É preciso, portanto, que o Estado se arme do conceito de gênero, como nos diria já Henrique, ao analisar a conjugalidade de um casamento de transexuais.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado pela manifestação. Quero agradecer, mais uma vez, à Senadora Fátima Cleide, que agilizou no Senado a presença das intérpretes e dos intérpretes que estão aqui nos auxiliando. (*Palmas.*)

Quero, de imediato, passar a palavra à Sra. Irina Bacci, Secretária-Geral da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, para a sua exposição.

A SRA. IRINA BACCI - Boa tarde a todos.

Peço licença ao Plenário para tirar o microfone do pedestal — essas coisas fálicas geralmente me assustam; prefiro elas mais móveis do que presas. (*Palmas.*)

Quero saudar os integrantes da Mesa, na pessoa do Deputado Paulo Pimenta, que nos recebeu hoje de forma bastante calorosa em seu gabinete; o Deputado José Genoíno, do meu Estado, que precisou se retirar; a Rosa Oliveira, grande parceira de luta; o Jean Wyllys, também parceiro de luta; o Pastor Marcos e, principalmente, o meu companheiro de entidade, Carlos Magno, da ABGLT.

Agradeço às 237 organizações filiadas à BGLT, que se mobilizaram por este Brasil inteiro e trouxeram as caravanas de todas as regiões, de todos os Estados. Amanhã, lotaremos a Esplanada dos Ministérios e o Palácio do Planalto, pedindo direitos e a garantia da Constituição Federal.

Eu não poderia deixar de fazer uma saudação às mulheres, especialmente às lésbicas e bissexuais, e dizer que apesar de estarmos à frente dessa sopa de



letrinhas, LGBT, ainda somos extremamente invisíveis, tanto nas políticas públicas quanto nos movimentos sociais. (*Palmas.*)

Como citado hoje cedo pela Tatiane Araújo, nossa Secretária de Direitos Humanos da BGLT, dos 79 assassinatos que aconteceram este ano, contabilizados até o dia 5 de maio — soubemos que na semana passada e hoje aconteceram mais 2 assassinatos, então, já subiu para 74 —, 6 são lésbicas. Não é que somos assassinadas porque somos mais aceitas, mas porque até para morte somos invisíveis, até para os dados não aparecemos. Isso é muito importante e muito difícil de dizer, porque até quando morremos não somos lembradas. Esses fatos, essa raiz da invisibilidade das mulheres, especialmente de nós lésbicas e mulheres bissexuais, vem do sexismo, do machismo.

O sexismo não é algo recente, não é algo da época da ditadura. Ele vem de muito antes, ele vem da pré-história, quando naquela época homens e mulheres não tinham essa designação e tampouco essa relação de gênero, mas aquele corpo que gestava e sangrava, que é o nosso corpo de mulher, já era classificado como corpo fraco e, por isso, o sexismo naquela época já nasceu. E aquele corpo que sangrava e gestava ficava cuidando da refeição, da caverna, enquanto o homem ia buscar a caça.

É por isso que sempre falamos e saudamos a mulher pela importância no espaço político, no Senado Federal, na Câmara dos Deputados, no conjunto do Congresso Nacional.

Peço uma salva de palmas para todas as guerreiras, em especial Senadoras Fátima Cleide e Serys, Deputadas Maria do Rosário e Jô, aqui presentes e que sempre nos apoiaram na luta, além de outras tantas Deputadas e Senadoras que, com certeza, são guerreiras nesse cenário todo. (*Palmas.*)

Cito algumas questões deliberadas no nosso último encontro, Seminário Nacional de Lésbicas, que aconteceu em Porto Velho no final da semana passada. Coincidentemente, também lá falávamos do fundamentalismo, da garantia do Estado laico.

Nesse sentido, quero dizer que os fundamentalismos não são dos religiosos. Os fundamentalismos religiosos não são de todas as religiões. São especificamente de alguns setores das religiões Evangélica e Católica. Nunca vi nesta Casa nenhum



espírita, nenhum umbandista, nenhum candomblecista, nenhum integrante de outra religião vir aqui dizer que o homossexual é doente. Só ouvimos de pastor, de padres e religiosos das Igrejas Católica e Evangélica.

Por isso, pela garantia do Estado laico, percebemos que os fundamentalismos começam a se enraizar por toda a sociedade e, principalmente, pela política. Uma verdade absoluta tem sido imposta, como disse o companheiro Léo Mendes hoje cedo, por meia dúzia de fundamentalistas que fazem barulho e gritam. Infelizmente, esta Casa tem permitido escutá-los e não essa plenária toda, lotada, muito maior e muito mais forte. *(Palmas.)*

Se esta Casa queria pressão, como sempre nos rogou Maria do Rosário, Fátima Cleide, estamos aqui, estamos fazendo pressão. Queremos uma resposta desta Casa, com a aprovação dos nossos projetos, do PLC nº122 e do Projeto de Lei de União Estável. *(Palmas.)*

Quero perguntar aos nobres Deputados e Deputadas quando vão colocar a cara a tapa e dizer se aprovam ou não os nossos projetos? Porque é muito fácil ficar apresentando recursos nas Comissões, ficar impedindo que o projeto tramite nas Comissões e não levar ao plenário para sabermos quem é homofóbico e quem não é homofóbico? *(Palmas.)*

O PLC nº 122, que se tornou ponto principal dos debates públicos pela conquista da cidadania plena LGBT, proporcionou à sociedade brasileira entrar para as discussões — como dizem os fundamentalistas — ditas polêmicas, que de polêmica não têm nada, instrumentalizadas pelas regiões conservadoras e fundamentalistas, como disse, somente com alguns setores das Igrejas Evangélicas e Católicas.

Diante desse contexto, perguntamos que Estado laico é esse que não garante que um projeto de lei tramite, e esses Deputados e Senadores que se dizem religiosos, em nome de sua religião, em nome da sua verdade absoluta, de sua religião, do seu Deus — que graças ao meu, Olorum, não é o mesmo —, impedem que esse projeto tramite e seja aprovado no Senado.

É importante também dizer que esta Casa aprovou a Lei Maria da Penha que para nós, lésbicas e mulheres bissexuais, é um marco político, porque é nesta lei



que temos a nossa cidadania citada e lembrada pela primeira vez, ainda que seja pelo dever de manter um relacionamento saudável e sem violência.

Quero dizer que esta mesma lei que foi aprovada por esta Casa agora se encontra no Judiciário sendo barrada e correndo o risco de se tornar sucateada, porque os juízes, que em sua grande maioria são homens, querem debater direitos de mulheres. Eles, que nunca gestaram, que não têm esse corpo que sangra e que não têm esse corpo fraco, como eles mesmos dizem, querem colocar nossa lei de lado porque dizem que é uma lei inconstitucional.

Por fim, eu queria também questionar que modelo de Estado estamos construindo. Um Estado caracterizado pela fragilidade na garantia do Estado laico e, conseqüentemente, pela omissão dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, que, no processo de interferência das religiões, nas construções de políticas públicas, têm interferido efetivamente na construção da cidadania LGBT.

Ainda que tenhamos inúmeros avanços no Judiciário, inúmeros avanços no Legislativo, não há nenhum Poder neste Estado que tenha a coragem de dizer: “*Este Estado é laico.*” Como disse também o companheiro Léo Mendes pela manhã, com recurso público, dos nossos impostos, dos 20 milhões de brasileiros LGBTs que garantem que essas pessoas trabalhem, elas continuam legislando em sua causa própria.

Por isso, esperamos que amanhã, com a 1ª Marcha Nacional contra a Homofobia, possamos avançar na luta, aprovar os nossos projetos. Com a ajuda de Olorum e de meu pai Xangô — permita-me a Mesa, (*palmas*) porque se este Estado é laico, posso falar da minha religião — possamos aprovar os projetos e construir a nossa cidadania.

Por fim, quero agradecer imensamente à caravana do meu Estado de São Paulo; a de Piracicaba já chegou, saúdo-a (*palmas*); a de São Carlos parece que ainda está no caminho. A caravana de São Paulo e a da grande São Paulo já estão nas estradas.

Quero agradecer o apoio ao Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, que está aqui representado pela Janaína e pela Larissa; ao Conselho Regional do Serviço Social do Estado de São Paulo, que apoiou a Marcha, fez a impressão dos materiais gráficos, assim como o CRP.



Registro aqui a presença do Coordenador de Política Pública LGBT do meu Estado, o Dr. Dimitri Sales, da Secretaria de Justiça (*Palmas.*)

Esta luta é nossa, não só dos LGBTs, mas de toda a sociedade brasileira.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, Irina, pela sua manifestação.

Quero registrar a presença de mais alguns Parlamentares: Deputada Vanessa Grazziotin, que estava conosco até agora pouco participando também deste encontro (*palmas*); ilustre colega Emília Fernandes (*palmas*); e Sérgio Barradas Carneiro.

Convidamos o Deputado Chico Alencar para compor conosco a Mesa dos trabalhos. (*Palmas.*)

Passo a palavra ao Sr. Carlos Magno, Secretário de Comunicação da ABGLT, para que possa fazer a sua exposição.

O SR. CARLOS MAGNO - Obrigado.

Boa tarde, companheiros e companheiras!

Antes da saudar os integrantes da Mesa e a plenária, quero registrar aqui a presença de duas pessoas que sentiram na pele a homofobia institucional, a homofobia do Estado, a homofobia das Forças Armadas. Quero que se levantem Fernando e Lacy, que resistiram brutalmente à homofobia do Exército. (*Palmas prolongadas.*)

Companheiros, eu não vou falar muito sobre o tema, porque acho que as pessoas que me antecederam já fizeram uma belíssima explanação.

Primeiramente, quero registrar a presença das delegações de todos os Estados da Federação, que não economizaram esforços para aderir a um chamado da nossa Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, a maior entidade da América Latina, quando teve a ousadia de convocar as suas 237 filiadas para ocupar as ruas de Brasília e fazer a grande Marcha Nacional contra a Homofobia.

Peço aplausos para as caravanas do Norte (*palmas*); do Nordeste, que está viajando desde sexta-feira (*palmas*); do Centro-Oeste (*palmas*); do Sul (*palmas*); do Sudeste (*palmas*); e como eu não poderia deixar de puxar a sardinha para o meu



lado, a caravana de Minas Gerais — Uberlândia já está presente e mais 5 ônibus estão viajando, estão chegando amanhã para fortalecer este ato. (*Palmas.*)

Vários ônibus estão chegando amanhã: companheiros de São Paulo, 10 ônibus; do Rio de Janeiro, 6 ônibus; de Minas Gerais, 5 ônibus. Conseguimos mobilizar todos os Estados e todas as regiões deste País.

Nesse sentido, estamos com um grande desafio. Não é qualquer coisa lutar contra um preconceito que historicamente nos colocou à margem, nos excluiu da sociedade, nos marginalizou e também nos matou. O preconceito social é um dos principais fatores de manutenção das hierarquias e da legitimação da inferioridade. Esse preconceito é muito bem elaborado, usa argumentos diariamente para despolitizar a opressão, para despolitizar a injustiça contra os homossexuais, por meio de argumentos religiosos, científicos, morais, levando para o campo pessoal, individual e privado uma questão de injustiça: a negação dos direitos dos homossexuais.

Qual é a nossa tarefa? Politizar essa injustiça que foi despolitizada. Toda vez que usam o termo homossexual com argumentos de *status* morais, dizem que o homossexual é pecador, que o homossexual é perverso, que o homossexual é promíscuo, que o homossexualismo é pecado. Isso fortalece outra sexualidade que foi construída como norma, que é a heterossexualidade.

Precisamos — e aí faço um chamado a todos os militantes LGBT — tirar esse argumento e colocar a questão na arena pública. Precisamos politizar o que foi despolitizado. E como podemos fazer isso? Primeiro, questionando, dizendo que é uma injustiça o que está acontecendo com os homossexuais; depois, fazendo uma reflexão; e, por último, fazendo uma interpelação. É preciso ação concreta; é preciso ação na sociedade para mudar esta realidade.

Nesse sentido, o movimento LGBT dá uma prova. Digo sempre que para ser militante LGBT é preciso ter 3 coisas.

Primeira, coragem. Temos aqui valorosas pessoas que, nas suas cidades, nos seus Estados, mostram a cara e levantam bem alto a bandeira da diversidade. (*Palmas.*) São corajosas! São corajosas! (*Palmas.*)

Segunda, a liberdade. O movimento LGBT não pode ficar preso a um pensamento único, porque ele é diverso. A nossa marcha é ampla, tem participação



de vários setores, de vários sindicatos, de vários Parlamentares. Temos de mostrar que o nosso movimento luta pela liberdade e, portanto, devemos ter isso como centro.

Por último, temos de ser criativos. A cada dia, temos de criar novos mecanismos de pressão social, de mobilização social. No Brasil, somos campeões de paradas, realizamos paradas em vários lugares deste País. Temos o título de primeiro lugar de ação e de visibilidade. Mas nós, da ABGLT, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, chegamos à conclusão de que só visibilidade não é suficiente. É importante a visibilidade, são importantes as paradas, são importantes os seminários, mas temos de ocupar as ruas para mostrar a este Congresso que somos muitos e merecemos direitos. *(Palmas.)*

Tenho muito orgulho de ter assumido a tarefa, Irina, dentro da Diretoria, de ser o Coordenador-Geral da I Marcha Nacional Contra a Homofobia e do I Grito pela Cidadania LBGT. Em princípio — não vou negar —, ficamos meio “no sapatinho”: será que vai dar certo? A sociedade diz que os homossexuais gostam é de parada, de *go-go boy*, de música eletrônica, de oba-oba e não vêm para a luta “fazer carão”. Nós gostamos de tudo isso, mas também somos de luta! *(Palmas.)* Por isso mostramos que mobilizamos todos os Estados deste País! *(Palmas.)* Essa é uma nova forma de criatividade, é uma nova forma de mobilização!

Amanhã, não tenham dúvida, temos de acordar bem cedo, vestir a camisa do nosso Estado, da nossa organização, pegar a nossa bandeira, porque não vamos fazer qualquer coisa, não; vamos ocupar as ruas de Brasília para mostrar aos homofóbicos que vai cair essa homofobia! *(Palmas.)* Nós não vamos mais admitir ser cidadãos de segunda categoria! Não vamos mais admitir a violência nem os assassinatos neste País!

Por último, não podemos fugir desta realidade: não somos uma ilha; vivemos numa sociedade. Este é um ano eleitoral. A homofobia é tão cruel, porque ataca não só a nós, homossexuais, como também a família. A família também sofre com a homofobia: “*Errei; agora, tenho um filho viado. Em que errei?*” Ela ataca os amigos: “*Não vou sair mais com Carlos porque vão dizer que sou homossexual*”. “*Não vou mais sair com a Irina porque vão me chamar de sapatão*”. Ela ataca também os



aliados: vários Deputados, várias Deputadas, vários Senadores que assumem a nossa bandeira são atacados pelos homofóbicos, e muitos desistem. Mas muitos resistem. E estão aqui presentes vários Deputados (*palmas*), várias Deputadas. (*Palmas.*)

Faço um chamado a todas as organizações deste País, a todos os militantes: que enchamos de solidariedade cada Deputado, cada Deputada que nos apoia. Vamos para as ruas! (*Palmas.*) Vamos para as urnas eleger uma bancada comprometida com os direitos humanos, uma bancada que esteja a favor dos direitos humanos!

Nesse sentido, o último recado para nós: amanhã, os homofóbicos vão sentir muito medo de nós. Vai ser a primeira derrota deles, porque, no final do ano, nós vamos derrotá-los nas urnas também! (*Palmas.*) Vamos eleger quem realmente está comprometido! (*Palmas.*)

Até amanhã! Boa marcha para todos! (*Palmas.*)

Viva o Movimento LGBT! (*Palmas.*)

PLATEIA – *“Fora homofobia, homofobia fora! Fora homofobia já chegou a sua hora!*

Fora homofobia, homofobia fora! Fora homofobia já chegou a sua hora!

Fora homofobia, homofobia fora! Fora homofobia já chegou a sua hora!

Fora homofobia, homofobia fora! Fora homofobia já chegou a sua hora!

Fora homofobia, homofobia fora! Fora homofobia já chegou a sua hora!” (*Palmas.*)

PLATEIA - O GBLT é de luta! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Pessoal, temos que dar sequência aos nossos trabalhos.

Para que entendam um pouco a dinâmica da Casa, a partir deste horário, começam a acontecer as votações no plenário. Por isso ficará cada vez mais difícil para os Deputados e Deputadas permanecerem aqui conosco. Vamos acelerar, para que aqueles Parlamentares que estão aqui também possam fazer a sua manifestação.

Com a palavra o Deputado Chico Alencar. (*Palmas.*)



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sinto aqui, neste grande auditório, uma energia rara no Parlamento brasileiro. Uma energia emancipatória, uma energia libertária, uma energia amorosa, uma energia republicana. E isso faz muito bem a nós, Deputados, engravatados, investidos da função da representação que tantas vezes se dissocia da sociedade.

Portanto, obrigado pela presença.

Amanhã, chacoalhem a Esplanada dos Ministérios!

Guimarães Rosa tem uma obra-prima que muitos aqui devem conhecer chamada *Grande Sertão: Veredas*. O personagem principal, Riobaldo Tatarana, é um jagunço ou uma jagunça? Filósofo ou filósofa? É uma figura mítica e absolutamente humana. Sabem por quê? Naquele romance inteiro, naqueles caminhos do Grande Sertão, naquelas veredas brasileiras, o leitor não consegue descobrir se Riobaldo é homem, é mulher, qual é a sua condição. Sabem por quê? Porque a sua condição é a única que importa: a condição humana. (*Palmas.*)

Por isso, a nossa luta é uma luta contra a ignorância e contra a falta de percepção e sensibilidade, matriz de todos os preconceitos.

Aos meus amigos religiosos — e eu também sou —, como o Deputado Pedro Wilson, sempre digo: *“Meu irmão, você sabia que religião é religar? E que religar significa religar o ser humano com todas as suas dimensões, inclusive e principalmente a afetiva? Então, pare de ser estreito e bitolado! Há argumentos aqui dentro muito fortes: “Oh, meu Deus, a família está ameaçada!” Que familiazinha chinfrim você está defendendo, hein?*

Na verdade — eu testemunho isto —, na minha geração, na dos Deputados Sérgio, Paulo Rubem, na das Deputadas Maria do Rosário, Emília, houve muitas separações. Eu vejo hoje lá no meu Rio de Janeiro, os casais que têm mais harmonia são os casais homoeróticos, são felizes, porque toda maneira de amor vale a pena. (*Palmas.*) Então, abre a sua cabeça, meu irmão.

Por fim, o argumento antinatural. Eu falo assim: mas qual é mesmo a natureza humana, sendo nós todos seres humanos, seres em construção? Estude um pouquinho de Antropologia e verá que mais do que natureza humana, determinada por dogmas, que fixo em determinada época histórica — portanto, é algo transitório —, existe a condição humana. Vamos nos refazendo



permanentemente, e nos descobrindo, e nos libertando. Portanto, vamos caminhar, numa luta que é política, legislativa e cultural. Essa luta é boa de ser travada, porque temos muitos argumentos.

Lembro até Santo Agostinho. Sabe o que Santo Agostinho disse uma vez? “*Ama e faze o que quiseres*”. Isso é definitivo. É um argumento incontestável para todos os credos e, sobretudo, para aqueles que também não se vinculam a religião como algo que os segura, como algo que os conduz para a graça, para a dádiva, para a libertação.

Lembro que 2 projetos nesta Casa só serão votados — o Ficha Limpa, na semana passada, é um exemplo cabal disso — se a pressão, se a mobilização aumentar. Aqui há maiorias que se formam. Aqui há uma maioria do Governo que pode, inclusive como ele assume, no plano do Executivo, cobrar que se vote coerentemente, sem esse regressismo antirreligioso, digo eu. Se não houver forte pressão, não aprovamos a união civil e a criminalização da homofobia. Trata-se de direito humano. Mas, amanhã, essa marcha e essa pressão permanente hão de ser vitoriosas.

Eu comecei com Guimarães Rosa. Terminei com ele. Vocês nos ensinam aqui na prática. Diz ele que a vida esquenta e esfria, desfaz e refaz. Mas o que ela pede da gente é coragem.

Vamos lá, com coragem! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) - Obrigado.

Estou substituindo o Deputado Paulo Pimenta.

Minha saudação a todos.

Gostaríamos de ouvir não só os Deputados, mas também outras pessoas da plenária. Estão inscritos os Deputados Paulo Rubem, Maria do Rosário e Sérgio Barradas. Estão inscritos também Dálio Zippin Filho, Julian Vicente Rodrigues, Cipriano Filho, Carlos Alves e Rogéria Peixinho.

Com a palavra o Deputado Paulo Rubem Santiago, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Boa tarde, companheiras e companheiros que vêm de todo o Brasil para participar do VII Seminário Nacional. Quero saudar todas as delegações, especialmente a do meu Estado, Pernambuco (*Palmas.*)



Como tenho feito na Comissão de Educação e Cultura, vez por outra conseguimos fazer a nossa saudação através de literatura de cordel.

Eu rabiscava aqui algumas das nossas preocupações e dos nossos compromissos, e queria dizer para vocês exatamente da seguinte forma:

“Aristóteles, o grego, disse há muito tempo:

Felicidade é o fruto do que a política faz

Mas preconceito e repressão, machismo e intolerância

Tanta discriminação

Só reforçam a inoperância

De um Estado que se dobra, que se omite de fazer

Políticas públicas, direitos, para com igualdade se viver

Integridade, respeito, amor, afeto e atenção

A felicidade é fruto da não discriminação

Por isso não cabe ao Estado tutela de nenhuma fé

Se laico é, que assim seja

Disso não arreda o pé

Por isso, políticas públicas reclamamos nessa luta

Nós queremos no Orçamento recursos para essa labuta

Pois o que aqui se debate para acontecer de fato

Tem que sair do papel

Esse é o nosso trato

Capacitar professores, servidores policiais

Judiciário e Executivo, nada disso é demais

Direitos constitucionais, saúde, trabalho e renda

Só nossa luta é quem faz com que esse Estado aprenda

E reconheça que a vida está mal do jeito que está

Mas sabemos que a vida devia ser bem melhor e será

Na volta para os seus Estados, para cada canto e cidade

É nos orçamentos públicos que vai brotar a verdade

Diversidade, portanto, respeito e integridade

Não caem do céu feito chuva

Seja no campo ou na cidade



*Programas afirmativos para consolidarmos direitos
Têm que estar nos orçamentos
Recursos claros, bem feitos
Assim se avança na história, assim se constrói o direito
Assim se vencem os dogmas, a intolerância e o
preconceito.”*

O penúltimo companheiro da Mesa fez seguidas convocações para a parada que, mais uma vez, vai ocorrer na Esplanada dos Ministérios. Tomo emprestada manifestação do nosso querido Paulo Freire. Talvez tenha sido o último depoimento que gravou antes de morrer, em 1997. Dizia Paulo Freire: *“Eu sonho com um País tomado pelas marchas, as marchas dos sem-terra, dos sem-teto, dos sem-escola”*. Cada um de nós poderia escrever mais um verso nessa afirmação de Paulo Freire.

Além da visibilidade a ser adquirida, da denúncia da intolerância, da violência e da discriminação, está o desafio da afirmação do direito, da cidadania. Trata-se do direito que tem de estar no programa municipal de educação de uma Prefeitura, para se implantar no projeto pedagógico da escola pública o respeito à diversidade; do direito que tem de estar na política estadual de segurança, para fazer com que policiais civis, policiais militares, delegacias, como agentes do Estado, não sejam instrumentos de perpetuação da discriminação e da violência.

Por isso, a nossa conclamação é no sentido de que cada um de vocês, ao voltar para seus Estados e Municípios, procure de imediato, nas Assembleias Legislativas, nas Câmaras Municipais, o projeto de lei das diretrizes para o orçamento de 2011. Vamos esquetejar esse projeto, vamos investigar o que são as propostas dos Prefeitos, Prefeitas, Governadores, Governadoras, para que no próximo ano tenhamos assegurados recursos públicos que vão financiar políticas públicas de promoção da igualdade, do respeito, da tolerância e da diversidade. Política pública sem orçamento é papo sem fundamento.

Grande abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) - Obrigado, Deputado Paulo Rubem.

Estão inscritos também Paulo Sérgio, Marcos Maciel, Luciano Freitas, Carlos Augusto e Toninho, do Espírito Santo.



Com a palavra a ilustre Deputada Maria do Rosário, ex-Presidenta da Comissão de Educação e Cultura, nossa querida professora do Rio Grande do Sul.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Obrigada, Deputado Pedro Wilson, eu saúdo V.Exa. e todos os integrantes da Mesa.

Permitam-me saudar a Mesa na pessoa da Rosa e da Irina, pelo trabalho desenvolvido, pela presença também das mulheres, e, por intermédio delas, abraçar todos vocês e todas vocês.

Quero dizer da importância deste seminário, que já se transforma em tradição da Comissão de Educação, da Comissão de Legislação Participativa e da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.

Queremos agradecer a presença do movimento social, a presença de *gays*, lésbicas, transexuais, transgêneros, travestis, de todos os movimentos, os homossexuais que se fazem aqui presentes, contra a homofobia.

Queremos também, talvez do ponto de vista do Parlamento brasileiro, estabelecer o reconhecimento de que nós, por meio da Frente Parlamentar, em que pesem as lutas no sentido de que exista também um rosto político e a afirmação de ações políticas dentro da Câmara e do Senado, ainda não conquistamos votações importantes para a cidadania plena de todos os brasileiros e brasileiras, especialmente dos homossexuais. Como Parlamentares, repudiamos também o fato de matérias relacionadas a esse tema não terem sido votadas.

Na semana passada, numa importante reunião da Comissão de Constituição e Justiça, debatendo o Estatuto das Famílias, de iniciativa do Deputado Sérgio Barradas Carneiro, o Deputado Genoíno e tantos outros lutaram mais uma vez pela afirmação de um novo conceito de família. O Poder Judiciário está avançando no conceito de família, no direito à adoção, no direito à maternidade, no direito à paternidade, à composição da vida familiar independentemente da orientação sexual. Envergonha a nós Parlamentares o fato e o Parlamento brasileiro ainda não ter percebido a importância de legislar e aprovar um conceito mais amplo de família, que assegure a todos direitos plenos, como a própria Constituição brasileira garante.

Desejo que a marcha de amanhã seja bela, seja forte, seja desafiadora e que seus frutos se façam sentir no plenário desta Casa, para que os diferentes projetos de lei possam ser aprovados, estabelecendo que os homossexuais brasileiros são



igualmente cidadãos, como todos os demais brasileiros. É isso que queremos afirmar.

Muito obrigada.

Bom trabalho!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) - Obrigado, Deputada Maria do Rosário.

Concedo a palavra ao Deputado Sérgio Barradas Carneiro.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO BARRADAS CARNEIRO - Boa tarde a todos e a todas. Saúdo a Mesa, já nominada. Quero saudar todos os presentes.

Eu sou Sérgio Barradas Carneiro, do PT da Bahia. Quero dar um axé para o povo da Bahia. (*Palmas.*) Quem é baiano entende o porquê desse axé.

Eu estava na CCJ. Estou fazendo um revezamento com o companheiro Deputado José Genoíno. Enquanto ele estava aqui, eu estava lá, segurando a bancada; agora ele foi para lá, e eu vim para cá, para poder também, Irina, botar a cara. Você cobrou que temos de botar a cara. Eu tenho posto a cara. E não é de agora. Faço isso em artigos e em livros que escrevi, como *Os efeitos do afeto elevados a valor jurídico*.

As Defensorias Públicas brasileiras reconhecem os direitos dos homossexuais e da homoafetividade. O Ministério Público brasileiro reconhece esses mesmos direitos. O Poder Judiciário brasileiro reconhece esses direitos. O Poder Executivo no Brasil, por intermédio do INSS, reconhece esses direitos. Governos e Prefeituras reconhecem esses direitos. O Poder Legislativo no Brasil, contudo, ainda não reconhece esses direitos. Parece que o Poder Legislativo brasileiro não tem coragem de estabelecer na lei que todas essas pessoas têm os mesmos direitos patrimoniais, sucessórios, previdenciários, direitos como os previstos no art. 5º da nossa Constituição.

Qualquer projeto que trata dos direitos dos homossexuais ou da homoafetividade não passa nesta Casa. Eu estava aqui na Legislatura de 1995 a 1999. Integrei a Comissão Especial relativa ao projeto da Deputada Marta Suplicy sobre a união civil, a parceria civil. Até hoje esse projeto não foi votado. Marta Suplicy está voltando, como Senadora por São Paulo, na próxima Legislatura, para nos dar força. (*Palmas.*)



Sou autor do projeto referente ao Estatuto das Famílias — é assim mesmo, no plural —, citado pela companheira Deputada Maria do Rosário. Nós queríamos ressaltar, desde o nome, o simbolismo desse pluralismo. Na semana passada, houve uma audiência pública na CCJ. A ideia é colocar num estatuto próprio todo o direito material e processual relativo ao Direito de Família, tal como ele é hoje nos tribunais e nas varas de família. Pois bem, de 274 artigos, 2 tratavam da homoafetividade. Durante toda a audiência pública, discutiu-se homossexualidade. Toni Reis, que cruzou ali comigo, estava lá e travou um belo debate com a Maria Berenice Dias, representando o Instituto Brasileiro de Direito de Família — IBDFAM. Toda a reunião foi sobre homossexualidade. E o projeto vinha da Comissão de Seguridade Social e Família sem esses 2 artigos. Então, a audiência foi boa, como foi bom, neste dia, trazer esse debate para dentro do Congresso Nacional.

Não se enganem, não! No Estatuto não dá para aprovar isso. E essa questão foi aprovada no mundo inteiro, em votações apertadas, e pontualmente. Vamos ter que debater esse assunto como tema único de pauta. Isso sob um governo que tem a coragem de pautá-lo como tema único no Congresso e fazer as bancadas deliberarem. Nós vamos deliberar! Queira Deus que Dilma Rousseff tenha coragem de apresentar esse tema a esta Casa e de nos apoiar para que possamos fazer valer os direitos dos homossexuais, *gays* e *lésbicas* deste País. (*Palmas.*)

Muito obrigado.

Boa tarde a todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) - Obrigado, Deputado Sérgio Barradas Carneiro.

Concedo a palavra a Julian Vicente Rodrigues. (*Pausa.*) Ausente.

Concedo a palavra ao Sr. Cipriano Filho. (*Palmas.*)

O SR. CIPRIANO FILHO - Em primeiro lugar, boa tarde a todos.

Cumprimento todos os membros da Mesa.

Este encontro é muito importante. Vejo nesta plateia um grande número de negros e negras LGBTs. A gente vem visibilizando essa pauta, já transversalizando no movimento negro. No movimento negro, com muita inserção de LGBTs negras e negros, a gente conseguiu um grande avanço, que foi incluir a pauta da homofobia



na secretaria nacional de combate ao racismo, bancando 1 cadeira, 1 vaga para LGBTs negras e negros. Conseguimos também 1 vaga no coletivo nacional de negras e negros, nessa pauta. Então, temos 2 vagas desse segmento.

O que vem para a gente? A Tathiane falou sobre a visibilidade de mortes de lésbicas, de gays, de transexuais, travestis. A gente vê que essa mortalidade tem cor. Na amostragem que ela apresentou, é comprovado pelos institutos de pesquisas que a maioria dos mortos são negros. Quanto ao quantitativo de gays mortos, quase a totalidade é de negros; no quantitativo de TTs mortos, a totalidade é de negros. A maioria dos agredidos são homossexuais negros.

Então, a gente pede essa inserção. Que cada entidade volte para seus Estados com o compromisso dessa pauta. Queremos discutir a questão do recorte racial, porque somos de grupos LGBTs. Eu sou militante do movimento negro e consegui, com muito apoio dos LGBTs negros e negras, garantir essa pauta. Faço parte do Grupo Apolo, grupo de diversidade sexual, de Belém do Pará. O Apolo é um dos primeiros movimentos negros que está garantindo essa pauta no Brasil. Eu quero pedir a todos que deem visibilidade a isso em todas as falas e nos debates.

Peço aos gestores dos direitos humanos que tenham sensibilidade de falar sobre isso publicamente, que registrem nos anais desta conferência a importância de se discutir o recorte racial entre nós LGBTs. Nós sentimos essa necessidade, sofremos racismo. Uma companheira do Apolo sofreu racismo por parte de um militante considerado e conhecido no cenário nacional. Isso pelo fato de ser negra, de ser lésbica. Isso aconteceu dentro do próprio grupo LGBT. Precisamos rever a questão e colocá-la nas falas dos nossos companheiros.

Eu acho louvável este seminário. Tenho profundo respeito pela ABGLT. Mas nós queremos pontuar as questões raciais, vivamente visíveis, nos anais da ABGLT ou em qualquer documento (*palmas*), porque não dá para ficar de fora das relações raciais.

O movimento negro conseguiu avançar nas pautas pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, pela Fundação Palmares. Acho necessário que tenhamos essa visibilidade. Esse é um dever de casa para todos os grupos que estão aqui.



Acho louvável a Rede Afro ter-se filiado. Já é uma porta que se abre. Mas nós, negras e negros LGBT, travestis, transexuais, gays negros, queremos comungar de igualdade em todos os espaços dos nossos grupos — seminários, conferências, palestras, mesas, debates, oficinas. Também queremos espaço, que nos é sim negado, porque, quando se é LGBT negro, a relação nos grupos LGBT, não se dá em igualdade. Quero alcançar igualdade no LGBT em toda a sua amplitude — negros e brancos, brancos e negros.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) - Obrigado, Cipriano Filho.

Peço aos que vão se pronunciar que se limitem ao tempo estabelecido, para que todos falem.

Tem a palavra o Sr. Carlos Alves da Silva.

O SR. CARLOS ALVES DA SILVA - Companheiros, quero fazer uma saudação.

Dados foram apresentados hoje. Eu trabalho numa cidade pequena, Maricá, onde, há 1 semana, homofóbicos assassinaram o companheiro Alari Pereira, que estava conosco no Governo. Ele era homossexual, trabalhador. Não sabemos ainda a causa do crime. Mas 70 perfurações mostram que foi um crime homofóbico, sim, também.

É o que cotidianamente sofremos. Nós sofremos como os iranianos sofrem; como os africanos, em muitos países, sofrem; como os latino-americanos. Temos de sair dessa questão com um ponto de vista político-ideológico.

Sou da Central de Movimentos Populares. Nós, companheiros da ABGLT, estamos iniciando um processo, há 2 anos, de trabalho político dentro dessas entidades. Temos conseguido vitórias. Na minha federação municipal do Rio de Janeiro, a FAM-RIO, aprovamos moções em defesa do PLC nº 122/06, saudando essa marcha, saudando as nossas jornadas.

É essa aliança que temos de construir. Sabemos que alguns setores podem ser aliados nossos. Mas quem financia? De onde vêm os recursos com que todos os dias nos satanizam? De onde vêm os recursos com que, nas TVs, na mídia, atacam este Governo, que, mesmo com todos os problemas, trouxe avanços, como a



conferência que realizou, e assume nossa participação política, nosso protagonismo em Brasília e na luta social?

Então, outra tarefa para militantes LGBT, como eu, que milito no Partido dos Trabalhadores, coordeno o setorial do PT no Rio de Janeiro, é unificar a luta com os sem-teto, com os sem-terra, com aqueles trabalhadores que estão no seu dia a dia. Essa tarefa é tão importante como a questão racial levantada aqui.

Nós temos visto a mesma mídia, que indiretamente pode saudar nossas lutas, atacar as quotas, encobrir o terrorismo das igrejas pentecostais e do fundamentalismo.

Vim trazer, primeiro, essa mensagem sobre a morte do nosso companheiro, que é mais uma vítima. Outras virão. Mas ele está aqui entre nós. Tantos outros, gays, lésbicas, travestis, são diariamente assassinados e perseguidos, vão estar, amanhã, representados lá.

Eu não poderia de aqui deixar de defender este homem maravilhoso, atacado também por essa mídia, o Ministro Paulo Vannuchi. (*Palmas.*) O Programa Nacional de Direitos Humanos não pertence ao Governo Lula. Ele foi construído por nós LGBTs, pelos movimentos sociais, por várias conferências.

Essa mídia reacionária e a igreja mais fundamentalista também tentam fazer algo contra vocês, companheiro Chico Alencar e tantos outros Parlamentares que estão do nosso lado e têm sua convicção. Deputado Chico, sei que vocês não vão aceitar a provocação. A CNBB, em tantas coisas, é nossa parceira, mas assume uma postura contra as mulheres, assume uma postura contra os LGBTs, postura que, como o Carlos disse, não aceitaremos. Defenderemos esses companheiros e companheiras que no Parlamento resistem. Não vamos aceitar essa carta. No Rio de Janeiro, querem tirar uma lista dos que são endemoninhados, aqueles que vão defender as nossas reivindicações.

Então, queria trazer essa questão e dizer uma coisa muito importante que aconteceu ontem, que foi o “não à guerra”. Se satanizamos o regime dos aiatolás, os jovens que são enforcados nas praças públicas no Irã, não podemos aceitar a guerra. Não podemos aceitar uma guerra para alimentar o cofre dos banqueiros e do Presidente Obama, que enganou muita gente. Mas estamos vendo agora a sua face belicosa que quer transformar o Irã em mais uma praça de alimentação de petróleo.



Uma coisa é a defesa dos direitos humanos, outra, com que não podemos concordar, é a guerra. Temos de defender o direito dos LGBTs no Irã, não podemos aceitar a guerra imperialista que se faz hoje contra o povo iraniano e também contra o povo do Iraque. *(Palmas.)*

Então, quero deixar uma saudação à diplomacia brasileira e exortar os companheiros LGBTs e todos nós: é preciso construir essa aliança com os movimentos sociais.

Por último, quero dizer que li num livro de Chico Xavier, que este ano completaria 100 anos, algo dessa questão unificada das religiões em defesa dos direitos humanos LGBTs e da cidadania. Em 1976, num programa de TV, Chico Xavier disse que os nossos direitos devem ser respeitados. Nós o saudamos. Lá atrás, nos anos 70, já nos defendia.

Vamos amanhã defender nossas reivindicações com as lutas sociais no Brasil.

Viva o Plano Nacional de Direitos Humanos! Não à homofobia e à mídia reacionária que nos tenta calar! Viva o companheiro Alari Pereira e todos os que foram assassinados! *(Palmas.)*

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) - Peço desculpas, mas é que o tempo está urgindo. Se eu não agir assim, depois não haverá tempo para que todos falem.

Registro a presença do Deputado Paulo Teixeira, de São Paulo. *(Palmas.)*

Com a palavra Rogéria Peixinho.

A SRA. ROGÉRIA PEIXINHO - Boa tarde, companheiras e companheiros, amigos e amigas de luta do dia a dia. Sou da Articulação de Mulheres Brasileiras, do movimento feminista. Venho trazer nosso apoio e nossa saudação a esse movimento e a essa marcha de amanhã e dizer que estamos lado a lado na defesa do Estado laico.

São os mesmos religiosos fundamentalistas que atacam as mulheres no Congresso Nacional.

Quero denunciar que amanhã será votado, na Comissão de Seguridade Social e Família, o Estatuto do Nascituro, que, entre outras atrocidades, torna o



aborto por estupro um crime. É o maior retrocesso que esta Casa legislativa já aprovou! Trago essa denúncia e peço o apoio das nossas amigas e amigos do movimento LGBT. Amanhã, estaremos ombro a ombro na marcha, mas também estaremos na Comissão de Seguridade Social e Família, no Plenário 7, resistindo bravamente contra esses fundamentalistas que querem controlar nosso corpo, que querem mutilar as mulheres, porque esse projeto do Estatuto do Nascituro também controla a sexualidade e a reprodução das mulheres.

Então, viemos trazer nosso apoio e dizer que estamos lado a lado na luta contra esses fundamentalistas. Quero dizer também que, com relação a esse plano nacional, cujo texto original defendemos, repudiamos a emenda do Governo Lula que ataca os direitos das mulheres, os direitos LGBTs e tantos outros.

Então, esse o nosso apoio e a nossa saudação.

O tempo é curto.

Um abraço e até amanhã. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) - Muito obrigado, Rogéria Peixinho.

Com a palavra Paulo Sérgio.

O SR. PAULO SÉRGIO - Boa tarde a todos.

Quero agradecer a vinda de todos. Saúdo todos que compõem a Mesa. Sou Vice-Presidente da Associação Paranaense de Surdos LGBTs, sou representante brasileiro dos surdos e vim explicar a vocês algumas coisas.

Primeiro, vou agradecer à Senadora Fátima Cleide a preocupação. Mais cedo, só tínhamos 1 intérprete, o Michel, que ficava de pé o dia todo. Ela se preocupou e enviou 2 novas intérpretes para nos ajudar. *(Palmas.)* Agradeço às duas intérpretes que chegaram. Também quero falar algumas verdades a vocês que são importantes.

Queria que todos do meu grupo do Paraná se levantassem. *(Palmas.)* Essa é a comitiva. Chegamos até aqui para mostrar a vocês que há surdos LGBTs também. Vários Estados aqui chegaram. Todos os Estados têm surdos, mas não há surdos aqui. Com exceção desse grupo que veio comigo, não vieram surdos de outros Estados. Faltou também mobilização das outras entidades para convocar a presença dos surdos, que precisam estar alertas ao que está acontecendo e obter



informações que, muitas vezes, são restritas aos ouvintes. Então, vocês também têm a responsabilidade de convocar os surdos para essas lutas.

Precisamos fazer esse chamado nacional, realizar a inscrição dos surdos, que também têm o direito de participar, mobilizar e ser convidados. Peço a vocês que, nos próximos eventos, convidem os surdos dos seus Estados.

Em seminários e congressos, não há intérprete, e o surdo fica sem entender o que está acontecendo. Há gays, lésbicas, travestis e transexuais surdos. Se não houver intérprete, o surdo não pode participar, não pode inteirar-se do que está acontecendo, não consegue captar o que está ocorrendo. Às vezes, pensam que o intérprete não é importante. É também preciso haver essa troca de ideias e de experiências.

Sempre lutamos contra a homofobia, não é verdade? Falam: homofobia, homofobia, homofobia... Sempre ouvimos a palavra homofobia, mas falta também o surdo, a pessoa com deficiência.

Estive pesquisando, no meu grupo, no Paraná. Os ouvintes sofrem preconceitos por serem gays, sim. Tudo bem, isso é assumido. Mas nós sofremos mais preconceito por ter uma deficiência e também ser gay, lésbica etc. *(Palmas.)* Mas o grupo de surdos fica com medo do preconceito. Por exemplo, sou surdo, sofro preconceito; sofro preconceito até dos próprios gays, e também sou gay. Existe a surdofobia. *(Risos.)* Precisamos lutar contra todas as formas de discriminação, precisamos ampliar isso, precisamos divulgar e lutar contra a surdofobia também.

Agora, quero que a minha comitiva fique de pé. Vamos fazer um grito, um chamado, que ouvimos muito aqui hoje: sem preconceito, sem homofobia, quero direito, sim! *(Pausa.)* Esse é o nosso grito de ordem. *(Palmas.)*

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) - Obrigado ao Paulo Sérgio. Uma salva de palmas a ele e a seu grupo. *(Palmas.)*

Com a palavra Marcos Maciel.

O SR. MARCOS MACIEL - Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde à Mesa.

Há 5 meses, estive aqui na audiência pública sobre homofobia nas escolas. Na época, eu era diretor de uma escola pública em Planaltina, Distrito Federal. Hoje estou aqui apenas como militante, porque os meus gestores da Secretaria de



Educação de Brasília conseguiram me exonerar — mesmo tendo sido eleito —, por motivos vis. Não assumiram que estavam me exonerando porque eu trabalhava, porque eu era homossexual, porque eu apresentava resultados. Arrumaram um monte de falácias e, por fim, em janeiro me exoneraram e me deixaram 3 meses, 90 dias, sem salário.

É muito bonito tudo isso. A utopia, a teoria é muito bonita, mas, lá embaixo, na hora em que alguém assina, a coisa não acontece assim, porque eles não dizem: *“Eu estou exonerando, eu estou tomando essa atitude porque ele é gay, porque ele é veado”*. Eles simplesmente dizem que eu não tenho condições profissionais, não tenho qualificação. E isso não acontece só comigo, acontece com um monte de gente que está sendo discriminada. Esta Casa precisa ver isso também.

Eu me encontrei sábado com um menino de 8 anos, no zoológico, que disse: *“Diretor, o senhor foi mandado embora da escola porque o senhor era bicha, não é?”* Um menino de 8 anos consegue ver isso. A Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa manda correspondência para a Secretaria, e a Secretaria diz: *“Não, ele é um louco, aloprado. Não foi isso. Nós não discriminamos ninguém. Pelo contrário”*. Precisamos ir atrás.

Eu estou vivendo, sim, sem salário, às custas dos meus pais e do meu companheiro. Precisamos ir atrás. Eu estou a 500 metros do Parlamento, e quem está lá no Ceará, no Amazonas, no Acre, no Piauí, no Sul, no Amapá? Imaginem o que não sofre de discriminação! *(Palmas.)*

Vamos à luta! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) - Obrigado, Marcos Maciel.

Já está acontecendo a Ordem do Dia no plenário, e é muito importante para nós a participação dos Deputados. Cobrem dos Deputados não só na hora do voto, mas na hora do apoio a projetos e apoio público e político, como neste ato.

Com a palavra o Deputado Paulo Teixeira, de São Paulo.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Obrigado, Deputado Pedro Wilson. Na pessoa de V.Exa. e na do Deputado Chico Alencar, quero parabenizar a Comissão de Direitos Humanos da nossa Câmara Federal. É uma Comissão voltada ao Brasil real. Ela se abre a todo momento para receber as manifestações deste Brasil, que vibra, palpita.



Assim é também a Comissão de Legislação Participativa.

O Deputado Pedro Wilson e o Deputado Chico Alencar fazem parte dessas 2 Comissões.

Eu quero fazer uma saudação especial a todos e a todas que vieram a este seminário. O Brasil está em dívida com essas demandas. De um lado, o Poder Executivo tem atendido muitas das demandas. Nós vimos hoje que o Ministério das Relações Exteriores, o Itamaraty tem já concedido visto e passaportes levando em consideração a parceria de pessoas do mesmo sexo. O Ministério da Previdência também tem concedido pensões quando leva em conta as parcerias de pessoas do mesmo sexo quando requerem aposentadoria. O SUS já tem autorizado cirurgias de mudança de sexo. O Poder Judiciário tem tomado decisões importantes, como aquela por meio da qual, recentemente, autorizou a adoção de crianças por casais do mesmo sexo.

Quem está em dívida neste momento com a sociedade brasileira em relação a esse tema? O Parlamento brasileiro. Por que o Parlamento brasileiro está em dívida? Porque ele se recusa a legislar em termos de direitos e se permite estabelecer aqui dentro um debate que não diz respeito ao Parlamento. Nós não podemos negar os direitos à sociedade no que se refere à possibilidade da união civil. Nós não podemos atrasar ainda mais a aprovação de uma legislação que criminaliza a homofobia. Por quê? Porque o debate que está instalado aqui não é o correto. Nós não podemos discutir, prejudicando os direitos dessa população, trazendo para cá um debate de natureza religiosa. Nós temos que debater no Parlamento o tema do direito. A nossa Constituição diz que a sociedade brasileira não fará qualquer distinção de orientação sexual — naquela época, o termo era distinção de sexo, mas hoje é distinção de orientação sexual.

Por isso, o Parlamento deve à sociedade decisões relativas à criminalização da homofobia e à aprovação de um estatuto que garanta o direito à união civil de pessoas do mesmo sexo.

Eu sou muito solidário à luta de vocês, porque, como muitos já disseram aqui, vocês são um segmento da nossa sociedade que sofre o mais profundo preconceito. A mulher sofre preconceito na nossa sociedade, mas a mulher lésbica sofre um duplo preconceito. (*Palmas.*) O negro sofre preconceito na nossa sociedade, mas o



negro homossexual sofre um duplo preconceito, assim como a negra lésbica. Uma das pessoas acabou de falar aqui sobre os surdos. Eles sofrem preconceito na nossa sociedade, mas, quando são homossexuais, sofrem duplo preconceito. Por isso, a minha admiração por vocês é dupla, porque vocês lutam o dobro do que luta toda a sociedade brasileira.

Parabéns por essa luta! Contem com o Parlamento brasileiro, para que vençamos esses preconceitos!

Parabéns a este irmão, o Deputado Pedro Wilson. Parabéns ao Deputado Chico Alencar. São 2 grandes Parlamentares, como a Deputada Iriny Lopes, a Deputada Janete Pietá, que abraçam essa importante luta, que é a luta da diversidade, da tolerância, do respeito e da verdadeira democracia no Brasil.

Um grande abraço a vocês!

Viva essa marcha!

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) - Obrigado, Deputado Paulo Teixeira.

Vou conceder a palavra a Luciano Freitas. Ainda se manifestarão Toninho, Marcos Meireles e Caio Varela.

O SR. LUCIANO FREITAS - Boa tarde a todos e a todas.

Eu quero registrar que sou da ONG Movimento Gay Leões do Norte, do Estado de Pernambuco.

Jean, eu não sei se você sabe se o Toni Reis falou, mas, na época em que você estava no Big Brother, estávamos em Curitiba, no Paraná, no I Congresso da ABGLT. Eu lembro muito bem, a gente estava no congresso, mas, ao mesmo tempo, ligava para os companheiros nos Estados para votar em você, e aí veio a vitória. Votamos não necessariamente porque você era gay, mas porque havia discursos e afirmações de identidades que faziam com que nos identificássemos. Para nós foi um marco e tivemos essa vitória. Só queria registrar isso. *(Palmas.)*

A pergunta é para você, que falou sobre mitos. Há um mito que vejo muito não só no movimento LGBT, mas na sociedade como um todo. É o mito da monogamia. Eu vou falar, mas também quero questioná-lo.



Eu vejo muito preconceito e ouço termos como promiscuidade, vulgaridade direcionados a homossexuais se não são monogâmicos. Ontem, na UnB, por exemplo, havia palavras de ordem como sexo anal e sexo oral. Sexo anal e sexo oral são práticas normais que não só homossexuais as têm, mas são hoje ainda demonizadas, satanizadas e higienizadas pelos próprios homossexuais. Dessa forma, corroboramos o discurso heteronormativo e o discurso higienizante que aponta o casamento e a reprodução, que normalmente vem do discurso religioso. Isso me preocupa. Eu não sou monogâmico, vejo os próprios parceiros do movimento analisando as minhas falas, o que eu falo e o que eu escrevo, a partir dos meus parceiros e das minhas práticas sexuais.

Eu queria chamar a atenção de muitos que estão aqui que fazem esse tipo de discurso, assim como perguntar a você se isso não seria um mito, diante de vários mitos que você apontou. Eu tenho orgulho de não ser monogâmico. Pode ser que um dia eu venha a ser monogâmico. Quero ter o direito de sê-lo. *(Palmas.)*

Para finalizar, Pastor Marcos, eu o parablenizo pela lucidez em sua fala. Eu acho que, se todos os pastores e padres fossem tão lúcidos como você é, não precisaríamos nem estar discutindo o cristianismo fundamentalista. *(Palmas.)*

Eu quero lhe fazer uma pergunta. Você aponta o respeito à diferença, a tolerância como essencial para quem é religioso e quem é cristão. Mas eu pergunto se há concordância também na disputa interna do discurso das verdades dentro da própria igreja, seja a evangélica, seja a católica. É um espaço heterogêneo. Você apontou pessoas como D. Helder Câmara e outros, que eram ou são pessoas, mesmo constituindo minoria, com discursos contra o discurso hegemônico.

Penso, por exemplo, sobre a cerimônia do casamento. Particularmente, sou contra a defesa da cerimônia do casamento, porque sei que é um evento necessariamente católico. Mas não sou contrário, como eu discutia com o companheiro de Pernambuco, a que um homossexual católico defenda seu direito de ter este evento, o casamento. O mesmo vale para o caso de, se eu adotar uma criança, querer batizá-la.

Então, o que o senhor me diz em relação à disputa do espaço dentro das religiões? *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) - Muito obrigado.



Com a palavra Toninho, do Espírito Santo. (*Palmas.*)

O SR. TONINHO - Obrigado.

Boa tarde a todos e a todas.

É com muita satisfação que venho a esta tribuna. Gostaria de cumprimentar todos os militantes. Cumprimento a colega Irina Bacci — obrigado, Irina. A saudação é extensiva a todos os militantes.

Quero cumprimentar todos os Parlamentares. Obrigado, Deputado Chico Alencar, pela força. Estendemos esse cumprimento a todos os Parlamentares.

Eu quero cumprimentar toda a academia, o Prof. Jean Wyllys, a Profa. Rosa, que também esteve conosco.

Minha fala, primeiro, é para dar uma satisfação a todo o movimento nacional LGBT. Nós do Espírito Santo estamos a todo instante sendo cobrados por que elegemos um Senador como o Senador Magno Malta, que nos humilha e que deturpa o que é homossexualidade (*palmas*), que faz mais confundir do que informar a população capixaba e a população nacional. A todo instante nós militantes somos cobrados e temos que dizer para este Plenário que a luta é inglória. O Senador Magno Malta tem o uso da tribuna do Senado, ele tem o uso da *TV Senado* e de outros meios de comunicação. E nós militantes temos hoje aqui aquela câmera, do Cineclube Cabeça. (*Palmas.*) É um grupo de jovens que, através do movimento cineclubista, um movimento de formiguinha, vai lá, exhibe um documentário, exhibe um filme para 2 ou 3, para quantos lá estiverem, e fazem o debate.

É por isso que o Senador Magno Malta está eleito. E tenho certeza de que ele foi eleito sem nenhum de nossos votos. Só que a nossa voz, apesar de não ser fraca, é pouca, diante dessa imensidão que são os meios de comunicação.

Quero dar essa satisfação e pedir a colaboração de todo o movimento nacional, no sentido de ser solidário com nós capixabas, nós que estamos lá no Estado que até há bem pouco tempo era massacrado.

O Espírito Santo, talvez vocês o tenham visto em propagandas lindas, maravilhosas, mas até há pouco tempo era um Estado corroído, podre. Nós estamos trabalhando para reconstruí-lo, fazê-lo ressurgir das cinzas. E isso nós não conseguiremos sozinhos.



Eu quero também dar essa satisfação para vocês e pedir a solidariedade de todos. Não só cobrem. Hoje a delegação do Espírito Santo está aqui. Foi muito árdua a luta para estarmos aqui. Eu não posso deixar de agradecer e já apontar também sinais de mudança. Quero agradecer à Universidade Federal do Espírito Santo, que disponibilizou o ônibus para que estivéssemos aqui, por intermédio da sua pró-reitoria de extensão. *(Palmas.)*

Para quem não sabe, a extensão é o patinho feio da universidade, é onde há menos recurso. Então, aqui também vai um grito pela valorização da extensão universitária, para proporcionar isto, o intercâmbio da universidade com os movimentos sociais.

Eu gostaria também de agradecer ao Sindicato dos(as) Trabalhadores(as) em Educação Pública do Espírito Santo — SINDIUPES, porque, se não fosse ele, não estaríamos hoje almoçando, não teríamos comida para estar aqui. *(Palmas.)* O esforço de todos e de todas é muito grande.

Então, não posso deixar de fazer esse agradecimento e apontar que o Espírito Santo está mudando, sim. Trago um dado bastante interessante, uma boa notícia boa para o todo Brasil. Há coisa de 2 ou 3 semanas, a Ordem dos Advogados do Brasil — Seccional do Espírito Santo criou a sua Comissão de Diversidade Sexual e Combate à Homofobia.

Então, temos que bater palmas também para a Ordem dos Advogados, Seccional do Espírito Santo. *(Palmas.)* Já é um novo sinal. É uma instituição clássicas abraçando e se solidarizando com a nossa causa.

Era que eu tinha a dizer por ora.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) - Obrigado, Toninho, do Espírito Santo.

Passo a palavra ao Marcos Meireles.

Registro a presença da Deputada Perpétua Almeida, do Acre, e do Deputado Fernando Marroni, do Rio Grande do Sul. *(Palmas.)*

O SR. MARCOS MEIRELES - Boa tarde a todos e a todos.

Estou muito feliz por ser jovem, por ter passado por muitos conflitos como jovem, porque é muito difícil no Brasil assumir nossa sexualidade, assumir o que



somos. Não temos que ficar fazendo novela, sendo um personagem em casa, outro na faculdade e outro ainda com os amigos. Eu me aceito como eu sou porque nasci assim.

E já que fazemos parte de um Estado laico, independentemente do que a religião pretende dizer sobre as verdades dela, temos de votar o que nós somos. Não estamos pedindo nada além do que somos.

Não poderemos nos iludir: constituir uma família, ter mulher, filhos, e na noite sair atrás de coisas ilícitas para a sociedade.

Estou muito feliz e me solidarizo com a opinião dos meus irmãos que vieram falar sobre cada caso individual, mas quero dizer que tenho muita esperança.

Eu gostaria que os Deputados que aqui vieram e fizeram discursos fossem multiplicadores na Câmara, para que possamos realmente votar as pautas importantes para o nosso movimento, e para que, futuramente, nossos sobrinhos e os filhos que venhamos a adotar possam ter uma consciência ímpar, e que possamos ter o direito de bater no peito e assumir o que somos.

Muito obrigado.

Viva Salvador, Viva a Bahia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) - Obrigado, Marcos Meireles.

Antes de passar a palavra ao Caio Varela, permitam-me ouvir a Deputada Perpétua Almeida, bem rapidamente. O pessoal do Acre já está levantando a bandeira. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O Jean — um baiano que foi para o Rio de Janeiro, assim como Dorival, Caetano, Gilberto Gil —, o Prof. Pedro Wilson e o Pastor me corrigiram. Temos que ser sempre exatos, quando possível.

Eu falei do Riobaldo, do *Grande Sertão: Veredas*. Mas a figura mítica avançada é o/a Diadorim. O diabo não existe. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) - Obrigado, Deputado Chico Alencar.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Boa tarde, companheiros e companheiras; obrigada, caro Presidente, pela oportunidade de fazer esta saudação.



Estou muito animada por estar aqui agora. Gostaria de ter mais vindo, mas cheguei hoje do Acre, e é uma correria.

Quero saudar a todos e a todas, mas em especial a delegação do Acre. Dizem que o Acre enjoado, porém, por mais que ele seja pequeno, ele está aqui com uma delegação representativa.

Minha mensagem é que o Congresso Nacional e a sociedade brasileira têm por obrigação promover uma grande campanha nacional contra a homofobia, a intolerância, o movimento que se criou neste País de achar que cada um tem que ser da forma como Fulano, Sicrano ou Beltrano desejam.

A intolerância religiosa, o fundamentalismo religioso, a não aceitação das pessoas como elas são fazem com que a nossa sociedade vá se embrutecendo aos poucos.

Portanto, companheiros e companheiras, a sociedade brasileira e o Parlamento devem puxar uma campanha nacional no sentido de que aprendamos a respeitar uns aos outros.

Todo o apoio ao movimento LGBT, porque o apoio aos direitos LGBT é, sim, apoio aos direitos humanos.

Parabéns pelo seminário e muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) - Obrigado, Deputada Perpétua Almeida.

Encerrando as participações, com a palavra nosso amigo Caio Varela.

O SR. CAIO VARELA - Boa tarde a todos e a todas.

Resolvi me inscrever no final, e fiquei até um pouco resistente, porque boa parte de vocês me conhecem como assessor da Senadora Fátima Cleide, mas sou militante de direitos humanos e do movimento LGBT há muitos anos. Muito me emocionei esta manhã ao ver este plenário repleto, e o Deputado Pedro Wilson lembrou muito bem que há 15 anos realizamos a I Conferência Nacional de Direitos Humanos.

Naquela época, apesar de estarmos seguindo Viena e atendendo à solicitação dos movimentos sociais, nem podíamos sonhar em fazer a discussão LGBT. Depois, na V Conferência Nacional de Direitos Humanos, neste mesmo



plenário, foi a primeira vez que se fez a discussão LGBT. com o companheiro Eduardo Piza representando o movimento.

Neste mesmo plenário, tivemos pela primeira vez um travesti, a grande Janaína Dutra, coordenando uma mesa na Conferência Nacional de Direitos Humanos; e hoje, neste mesmo plenário, o recinto inteiro está lotado de pessoas que lutam pela causa LGBT. Esse é um momento marcante, histórico.

Se hoje achamos que temos muitos adversários, e de fato temos, muitos são oportunistas, que veem a ocupação de espaço político por nós, porque agora estamos nesta arena. Este local, para aqueles que vieram hoje pela primeira vez, é muito especial dentro do Congresso Nacional. Aqui se fez, se faz e se fará uma das maiores discussões políticas dentro desta Casa: a dignidade humana e o direito humano.

Só quis me inscrever para fazer esse resgate histórico, Deputado Pedro Wilson...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) - Inclusive, a conferência foi presidida pelo grande Deputado Nilmário Miranda.

O SR. CAIO VARELA - ... e não podemos esquecer disso.

Esse é o resultado do trabalho de muitas e muitos — alguns estão aqui; outros, não mais. Mas amanhã, na Marcha — eu queria que vocês guardassem isso —, entraremos nessa arena de disputa. E pode o Malafaia ou quem quiser tentar tirar-nos dela, mas não sairemos mais. É mais fácil tirarmos eles da arena de disputa do que eles a nós.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) - Obrigado, Caio Varela, pela memória da história toda.

Para encerrar, chamarei agora Deputado Ivan Valente, de São Paulo. *(Palmas.)*

Estamos preparando o encerramento. Em seguida, o Jean e o Pastor vão falar, respondendo a uma pergunta, mas gostaríamos de encerrar logo, para que todos pudessem se preparar para a grande Marcha de amanhã.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Boa tarde a todos e a todas, companheiras e companheiros.



Quero, em nome do Partido Socialismo e Liberdade, fazer uma saudação a este seminário e me congratular com a Marcha que será realizada amanhã em Brasília pelos direitos.

Agora mesmo, no plenário da Casa, falamos sobre o Plano Nacional de Direitos Humanos 3. Infelizmente, em vários setores, houve recuos em relação aos direitos humanos, como na exigência da Comissão da Verdade, na punição dos torturadores durante o regime militar, no controle social da mídia, que é uma necessidade — o povo tem o direito de não ficar submetido ao monopólio dos meios de comunicação de massa. Devemos democratizar os meios de comunicação — isso nada tem de censura —, assim como procurar mediar os conflitos agrários e disciplinar várias outras questões, como o aborto.

Houve uma imensa ofensiva conservadora contra o plano de direitos humanos. Esta que é a verdade. Estamos denunciando isso, com movimentos sociais e pressão popular. E aqui está um dos movimentos que sofre a maior discriminação e o maior preconceito. É por isso que esta Marcha de vocês pela aprovação do PL da união civil, pela aprovação do PL contra a homofobia é pressão social e popular, é correlação de forças.

Hoje, há um avanço conservador na sociedade. Os meios de comunicação estão tirando questões em que pensávamos que já tínhamos avançado mais. Daí a importância do debate político, do aprofundamento e da defesa dos direitos em todos os setores contra qualquer discriminação na sociedade brasileira e da luta por igualdade de todo o tipo. Isso é mirar numa sociedade com justiça social, sem discriminações, numa sociedade socialista. Isso é mirar numa sociedade sem preconceitos, numa sociedade de iguais, numa sociedade em que predomine rigorosamente o amor ao próximo, fazendo com a humanidade avance para outro patamar.

Por isso, queria fazer esta saudações a vocês, na certeza de que essa Marcha, amanhã, seja um sucesso absoluto, com todo o apoio do Partido Socialismo e Liberdade.

Somos contra qualquer preconceito, contra a homofobia, contra as discriminações e a favor dos direitos humanos e das relações afetivas e amorosas — que cada um faça a sua escolha — e pelo direito do povo brasileiro eleger os



melhores caminhos; contra o poder econômico e contra os preconceitos pregados por interesses muito localizados na sociedade brasileira, mas com muito poder.

Vocês estão de parabéns pelo seminário.

Agradeço ao companheiro Pedro Wilson a oportunidade.

um grande abraço a todos do Partido Socialista e Liberdade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) - Obrigado, Deputado Ivan Valente.

Tem a palavra, rapidamente, o Jean para responder ao rapaz que fez a pergunta.

Antes, gostaria de dizer que, às vezes, falamos muito dos Deputados presentes esquecemos de mencionar os servidores que estiveram conosco: a Sônia, a Áurea, a Gizele, a Cibelle, o Aldo, o Artur, a Graça, a Heloísa, da Comissão de Legislação Participativa, e o Rogério, da Comissão de Direitos Humanos. Muito obrigado. Uma salva de palmas a eles que têm nos ajudado bastante. (*Palmas.*)

Com a palavra o Jean e depois o Pastor Marcos, para concluir este seminário, que, imagino, tenha, sob a coordenação do Deputado Paulo Pimenta, alcançado seus objetivos. E o nosso maior objetivo era fazer o debate, exercer pressão no Congresso Nacional, trazer a história à memória de todos, como fez o Caio, questionar, como fez o Luciano, buscar outras explicações. Mas o importante é pressionar o Congresso Nacional para resgatar os direitos de todos. Diz uma frase que, se não lutarmos, os direitos não vêm." Então, temos de lutar e pressionar.

Com a palavra o Jean. Peço rapidez, porque muita gente já está saindo e precisamos terminar, uma vez que começou a Ordem do Dia e os Deputados estão sendo convocado ao plenário.

O SR. JEAN WYLLYS - Vou ser rápido.

As respostas para as perguntas estão dentro da minha fala, quando tratei de homosssexualidades no plural e não no singular. A ideia é que existem diferentes comportamentos e que a identidade não está dada. É um debate que estará sempre em aberto.

Depois, quero deixar claro, para citar uma expressão do Althusser: "*Não estamos livres dos aparelhos ideológicos*". Nós, gays, também. Por isso que também introjetamos a homofobia ou as homofobias. Por isso que é um problema também



nosso que devemos enfrentar. Mas, para além disso, para além das diferenças, da diversidade, volto a dizer que existe algo que nos une, mesmo que não queiramos, e que nos constitui como coletivo, ainda que não tenhamos consciência. E esse algo é a sociedade homofóbica e a injúria que dirigem contra nós. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) - Muito obrigado, Jean.

Com a palavra o Pastor Marcos.

O SR. MARCOS ALVES DA SILVA - Agradeço ao Luciano a manifestação. Diria que nas igrejas, internamente, também ocorre o mesmo. Geralmente, quando se usa a expressão “evangélico”, engloba-se nela gente completamente diferente: homofóbicos de carteirinha e crachá, aqueles que são indiferentes ou omissos e aqueles que colocam o rosto à frente para dizer alguma coisa.

A crença que tenho na mudança assenta-se no seguinte fato: acredito na política dos gestos poéticos. Quando a Inglaterra exercia o monopólio do sal na Índia, Gandhi saiu e com ele uma grande multidão — como talvez seja a Marcha de vocês amanhã: ele chegou ao oceano, separou o sal da água e disse: “*O sal é dos indianos*”. Aquele gesto poético com uma natureza política foi capaz de mudar e de mobilizar todo um país.

Um companheiro recordava que, às vezes, o tema levantado neste seminário era periférico mesmo dentro da temática dos direitos humanos. E hoje ele já toma uma dimensão mais importante.

Dentro da minha igreja — e continuo presbiteriano; sou de nascença, porque minha família o é —, sou absoluta minoria em relação a esse posicionamento. Todavia, creio que um gesto poético pode ter a sua dimensão política, e acho que temos de agir dessa forma. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) - Muito obrigado, Pastor Marcos, pela seu discernimento e coragem — coragem foi o que não faltou aqui.

Em nome do Deputado Paulo Pimenta, da Deputada Iriny Lopes e de todos Deputados — ainda estão presentes o Deputado Ivan Valente, a Deputada Perpétua Almeida e o Deputado Fernando Marroni —, agradeço a todos que estiveram aqui. Permitam-me citar as delegações de Goiás, o meu Estado, e Brasília, a Capital do País..



Parabéns a todos os expositores. Vamos a luta. Os direitos humanos são de todos.

Felicidade amanhã na Grande Marcha.

Está encerrado o presente seminário. (*Palmas.*)